Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 006

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 063/2016

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016

O objeto da Concorrência Pública é a delegação da prestação dos serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros mediante regime de concessão, para prestação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros no município de Conceição dos Ouros.

DOS PRAZOS:

Data: 28 de outubro de 2016

Entrega dos Envelopes 1 e 2 no Setor de Protocolo: até às **10h00** do dia **28/10/2016.**

Abertura dos envelopes 1 e 2: às **10h30** do dia **28/10/2016** (nas condições da Concorrência nº 001/2016).

Informações e esclarecimentos sobre a presente concorrência poderão ser obtidos pessoalmente, no Setor de Licitações, no Paço Municipal, ou pelo telefax 35-3653.1220 - Ramal 24, ou ainda, pelos e-mails: licitacoespmouros@hotmail.com ou prefeitura@conceicaodosouros.mg.gov.br.

1. PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros (MG), através da Comissão de Licitação, torna público que, no dia **28 de outubro de 2016, às 10:30 horas** , na Sala de Licitações, situada na Praça José Maria de Souza, nº 01, Centro de Conceição dos Ouros, Minas Gerais, realizará a abertura da Concorrência Pública, do tipo menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado, contratação mediante regime de concessão, do transporte coletivo urbano de passageiros no Município de Conceição dos Ouros (MG), objetivando selecionar empresa que seja agente e parceiro competente e eficaz para implantação de transporte coletivo público de passageiros que realmente atenda as necessidades dos cidadãos do Município de Conceição dos Ouros (MG), tornando-o eficiente para os usuários e contribuindo para melhoria da qualidade de vida da população

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 007

desta cidade. Concorrência esta que será balizada em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº. 8.666, de 21.06.93 e suas posteriores alterações e, ainda, conforme as disposições da Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e Lei Federal n.º 9.074, de 07 de julho de 1995 e demais normas aplicáveis, em especial às cláusulas e condições fixadas no presente edital.

1.2. O recebimento dos Envelopes "1", contendo a documentação de Habilitação e Envelope "2", contendo a Proposta de Preços dos interessados dar-se-á até às **10:00 horas**, do dia **28 de outubro de 2016**, No Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros (MG).

1.3. A abertura dos envelopes contendo a documentação de Habilitação dar-se-á na mesma data, às **10:30 horas.** A abertura dos envelopes de propostas de preços dar-se-á após a publicação do resultado da fase de habilitação e julgamento de eventuais recursos ou sua denegação, em data a ser marcada pela Comissão, observando-se as disposições da Lei 8.666/93.

1.4. O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros (MG), em meio magnético ou via e-mail de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 17:00 horas via e - mails **licitacoespmouros@hotmail.com ou prefeitura@conceicaodosouros.mg.gov.br** ou pelo endereço eletrônico www.conceicaodosouros.mg.gov.br.

2. DO OBJETO DA CONCESSÃO

2.1. **O objeto da concessão é a delegação da prestação dos serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros mediante regime de concessão, para prestação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros no município de Conceição dos Ouros (MG)**.

2.2. Os serviços objeto da presente licitação deverão ser executados em rigorosa observância ao Termo de Referência e Contrato obedecendo às condições deste edital e da proposta apresentada.

2.3. A Concessão objeto deste certame licitatório vem constituir um lote único de serviço, denominado Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, por Ônibus, em linhas regulares, no Município de Conceição dos Ouros (MG), e sua operação se dará em quaisquer roteiros, locais, trechos e horários que se fizerem necessários dentro da área do perímetro urbano, sob homologação e a critério do Poder Público Municipal, visando atender as demandas de transporte da comunidade, mantido sempre o equilíbrio econômico-financeiro da atividade e a principio pelo itinerário demonstrado pelo Termo de Referência.

2.4. A prestação do serviço público do transporte coletivo urbano de passageiros compreenderá a mobilização, operação, conservação, limpeza, manutenção e reposição dos veículos, equipamentos, instalações e outros, conforme especificado neste edital, atendendo as necessidades de transporte da comunidade, em conformidade com o crescimento e a dinâmica da cidade.

2.5. O Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Conceição dos Ouros fica organizado da seguinte forma, respeitados a Lei Orgânica do Município:

I - Um único Sistema Integrado composto por:

a) Linhas de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros que atendam as demandas Centro - Bairros e Bairros-Bairros na Sede do Município;

b) Linhas de transporte Público Coletivo Urbano de passageiros que atendam as demandas das Zonas de Expansão urbana e rural da Sede do Município.

3. DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE:

3.1. Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal a determinação dos reajustes tarifários, através de Decreto, nos termos legais e das cláusulas do Equilíbrio Financeiro deste edital.

3.2. Compete ao chefe do poder executivo, juntamente com a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, dentro da competência de cada agente, ou a quem ela ou lei específica o delegar, observadas as disposições da legislação vigente:

3.2.1. Outorgar os serviços de transporte públicos sob regime de concessão e permissão e autorizar a prestação do serviço de transporte privado;

3.2.2. Propor o reajuste tarifário;

3.2.3. Regulamentar os reajustes tarifários;

3.2.4. Editar normas operacionais, em conformidade com as políticas e estratégias estabelecidas pelo Setor de Transportes, a pedido da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

3.2.5. Compor ou arbitrar conflitos entre as concessionárias, permissionárias, usuários e Poder Público, lavrando termos de ajustamento de conduta;

3.2.6. Coordenar, supervisionar e fiscalizar as concessões, as permissões, as autorizações e os contratos de prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros;

3.2.7. Coibir a prática de serviços de transporte de passageiros não concedidos ou permitidos;

3.2.8. Garantir a observância dos direitos dos usuários e demais agentes afetados pelo serviço de transporte sob seu controle, reprimindo eventuais infrações;

3.2.9. Aplicar penalidades legais, regulamentares e contratuais às concessionárias e permissionárias;

3.2.10. Intervir na prestação dos serviços de transporte coletivo, concedidos ou permitidos;

3.2.11. Acompanhar a execução dos contratos e analisar seu equilíbrio econômico-financeiro, adotando as medidas que se fizerem necessárias;

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 009

3.2.12. Aprovar a revisão do valor das remunerações, mantendo o equilíbrio econômico financeiro dos contratos, quando for o caso;

3.2.13. Acompanhar o desenvolvimento tecnológico e organizacional dos serviços públicos de transporte e de outras atividades que os afetem, opinando quanto à viabilidade e às prioridades técnicas, econômicas e financeiras dos projetos pertinentes ou afetos ao sistema de transporte coletivo de passageiros;

3.2.14. Definir parâmetros e padrões técnicos para a prestação de serviço adequado, considerando as especificidades de cada modalidade e de cada contrato ou instrumento de outorga;

3.2.15. Promover pesquisas, levantar dados e elaborar estudos para subsidiar suas decisões e as do Poder Público;

3.2.16. Subsidiar o Poder Executivo Municipal na definição da política tarifária, realizando os estudos técnicos, econômicos e financeiros necessários;

3.2.17. Elaborar editais e minutas de contrato, conduzir e homologar os processos licitatórios;

3.2.18. Disciplinar e fiscalizar as atividades auxiliares, complementares ou decorrentes dos serviços outorgados.

4. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO DE PASSAGEIROS:

4.1. A descrição do Sistema e seu funcionamento é objeto do Termo de Referência, constante do Anexo I.

4.2. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com o itinerário e horário das linhas constantes deste Termo de Referência e de acordo com a lei e atos normativos, expedidos pelo Poder Concedente, que deverão ser considerados como cláusulas contratuais, observado o disposto sobre o reequilíbrio financeiro do contrato. Além de uma prestação serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido na Lei 8.987/95, nas normas pertinentes e no respectivo contrato. Poderão os itinerários serem alterados a qualquer tempo, desde que com autorização do poder concedente e para melhoria da prestação dos serviços.

4.3. DAS LINHAS:

4.3.1 As linhas serão operadas da seguinte forma:

a) A concessionária terá exclusividade naquelas operadas com origem e destino na sua respectiva área de concessão, inclusive quando estas adentrarem em outra área ou na área central; assim como naquelas ligando a sua área de concessão e a área central;

b) As características físicas e operacionais das linhas previstas para o início da operação também estão descritas no referido Termo de Referência;

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 010

c) A concessionária poderá propor, para prévia aprovação do órgão regulador, alterações nas linhas ou condições de prestação dos serviços;

d) A população, em geral, e os usuários deverão ser informados de qualquer modificação nas linhas ou na forma de prestação dos serviços com antecedência mínima de 10 (dez) dias;

e) A concessionária poderá prestar serviços complementares no subsistema estrutural da sua respectiva área de concessão;

f) A(s) garagem(ns) da concessionária deverão estar localizada(s) no perímetro de sua área de concessão e deverão atender as normas estipuladas por Lei, principalmente no que diz respeito ao Meio Ambiente, tendo um prazo de 12 meses, a partir da assinatura do contrato, para se adequar dentro dos parâmetros legais exigidos.

4.4. DOS VEÍCULOS:

4.4.1. A descrição técnica dos padrões tecnológicos, ambientais e de acessibilidade da frota de veículos e suas associações com os tipos específicos de linhas estão descritos no Termo de Referência, além do dever da concessionária de atendimento ao previsto nas legislações sobre o assunto.

4.4.2. A frota que iniciará a operação deverá vir equipada com os itens exigidos no Termo de Referência.

4.4.3. A frota que vier a ser adquirida após a assinatura do contrato, além de seguir obrigatoriamente as condições deste edital, termo de referência e contrato, não poderá ter a idade superior a vinte anos de uso, contados, a partir da data de fabricação do veículo.

4.4.4. A concessionária deverá disponibilizar pelo menos 01 (um) veículo adaptado para acesso de pessoa portadora de deficiência em até um ano, contados da data da emissão da ordem para início dos serviços.

4.4.5. A frota vinculada à prestação dos serviços durante a execução do objeto do contrato deverá ter idade média permitida neste edital, na data de assinatura do contrato, devendo, obrigatoriamente, no decorrer da concessão, ser substituída, quando os veículos da frota alcançarem a idade de 20 anos. O tempo de vida útil, estabelecido neste item será contado a partir da data de fabricação constante do documento do veículo.

4.4.6. A concessionária deverá disponibilizar veículos em excelente estado de uso, dentro da idade prevista e de acordo com as especificações próprias para os serviços prestados em cada linha, de acordo com o exigido no edital, termo de referência e contrato, em todas as substituições de veículos.

4.4.7. A concessionária deverá manter sempre o número de veículos exigidos pelo Termo de Referência, em circulação, devendo, em caso de impossibilidade de circulação de seus veículos, providenciar, por sua conta e risco, veículo substituto equivalente ao substituído, que atenda a demanda de passageiros e forneça uma prestação adequada aos usuários.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 011

4.4.8. A concessionária se obriga a manter e a aumentar a frota quando do aumento de demanda, para que possa atender a demanda de passageiros e forneça uma prestação adequada aos usuários.

4.4.9. A concessionária deverá apresentar todos os registros obrigatórios, nos órgãos competentes, para a prestação do serviço de transporte público, além da documentação exigida pelo Município para cadastramento.

4.4.10. A concessionária deverá cumprir as determinações do Poder Concedente para atendimento de Operações Especiais.

4.4.11. Define-se Operações Especiais o atendimento a eventos pré-programados, tais como: "Operação Carnaval" e outros eventos de grande vulto, principalmente os eventos de grande proporção programados pela Concedente.

4.4.12. Concessão de serviço público de transporte coletivo mediante licitação, através da modalidade de concorrência. A referida concessão será pelo prazo de 10 (dez) anos.

4.4.13. Todos os veículos, equipamentos e instalações necessários à operação do serviço deverão ser registrados na Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte e ter seus registros atualizados sempre que ocorrerem alterações, de acordo com as características e especificações fixadas no contrato e normas complementares, estando sujeitos à vistoria prévia e periódica.

4.4.14. Só poderão ser licenciados para o Serviço de Transporte Público de passageiros, veículos apropriados às características das vias públicas do Município e que satisfaçam as especificações, normas e padrões técnicos estabelecidos pelo poder concedente e demais órgãos competentes.

4.4.15. Os veículos que, a critério do Poder Concedente, não mais apresentarem condições de atender aos serviços terão seus registros cancelados e deverão ser imediatamente retirados da operação e substituídos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data de notificação à concessionária.

4.4.16. A manutenção e o abastecimento dos veículos deverão ser feitos em local adequado, não sendo admitida, sob qualquer pretexto, a presença de passageiros em seu interior.

4.4.17. A substituição do veículo deverá ser procedida até o final do ano de vencimento de sua vida útil estipulada pelo edital de licitação e contrato, por outro veículo que atenda a idade e especificações constantes dos documentos mencionados.

4.4.18. As concessionárias deverão retirar de circulação, para manutenção, os veículos cujos defeitos comprometam a segurança dos usuários, dos operadores e de terceiros.

4.4.19. Em caso de acidentes que impeçam a circulação normal dos veículos, as concessionárias, depois, de reparadas as avarias e antes de colocar os veículos novamente em operação, deverão submetê-los à vistoria especial, como condição imprescindível para o seu retorno à operação.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 012

4.4.20. Em caso de acidente que não apresente risco para a segurança dos usuários, dos operadores e de terceiros, o veículo, para atender à demanda, poderá operar, desde que a concessionária efetue o reparo no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data do fato.

4.4.21. A Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte, emitirá Autorização de Tráfego para os veículos que estiver em aprovados na vistoria, para que os mesmos possam estar aptos a entrar em operação.

4.4.22. A Autorização de Tráfego é documento obrigatório que deverá permanecer no interior dos veículos em operação em local facilmente visível.

4.4.23. Os veículos a serem substituídos deverão ser encaminhados a Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte para baixa, com os lacres de roleta e Autorização de Tráfego, e sem padronização visual do Serviço Público de Transporte de Passageiros Urbano, exceto a pintura da carroceria.

4.4.24. A manutenção dos veículos e equipamentos vinculados à prestação do serviço é de exclusiva responsabilidade da concessionária e deverá ser efetuada obedecendo às instruções e recomendações dos fabricantes e às normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte.

4.4.25. A garagem deverá apresentar instalações suficientes e de acordo com as normas de preservação do meio ambiente e estar provida de todos os equipamentos que forem necessários à operacionalização dos serviços, podendo, a critério do Poder Concedente, estipular um prazo para sua regularização.

4.4.26. As boas condições dos veículos da empresa vencedora, deverá ser comprovada anualmente, junto à concedente, através de Laudo de Vistoria fornecido pelo DETRAN-MG ou vistoria feita por oficina mecânica, na forma da Lei, Resoluções da ANTT e NBRs das ABNT e vistoria por servidor municipal competente para tal ato.

5. DA REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS:

5.1. A concessionária do Sistema de Transporte Coletivo será remunerada:

I- pela receita tarifária direta e indiretamente arrecadada;

II- por receitas adicionais, geradas por projetos e serviços associados e por outras formas alternativas, complementares e acessórias.

5.2. Na fixação do valor da tarifa, o Poder Concedente considerará o valor do custo/passageiro ofertado pelo concessionário na proposta comercial vencedora mais a margem de lucro constante da referida proposta.

5.3. Serviços regulares: A contra- prestação ao Município será no valor de 1% (dois por cento) dos serviços regulares de ISS, da arrecadação total mensal referente a tarifa x número de passageiros, que deverá ser repassada ao Município até o 5º dia útil subsequente ao mês do fechamento, depositado em conta estipulada pela concedente.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 013

5.4. Serviços Complementares: 1% (dois por cento) dos serviços regulares de ISS, dos valores arrecadados a serem repassados, se os houver, a concedente conjuntamente e da mesma forma dos valores referentes aos serviços regulares.

5.5. O valor mensal repassado a concedente deverá ser comprovado até o 10º dia útil ao mês subsequente a operação através de documento fiscal que comprove a operação financeira do mês do fechamento, sendo esta, entendida como aquela registrada no sistema de controle da concessionária.

5.6. O credenciamento de passageiros com direito ao Passe Livre que utilizarem os veículos da concessionária de forma gratuita, será feito conforme Lei e Decretos Municipais.

5.7. O não atendimento das condições previstas nos subitens anteriores ensejará as penalidades previstas no edital e contrato, bem como, as especificadas por Lei.

5.8. Por revisão da tarifa entende-se a alteração de seu valor em função de mudanças não previstas nas especificações iniciais que regem o contrato, incluindo os meios, condições e circunstâncias em que se dá a operação, que impliquem acréscimo ou redução importante de fatores de produção e custos associados, com reflexos diretos no equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

5.9. O reajuste tarifário somente se dará anualmente, contados da data de assinatura do contrato, baseando-se no preço de custo por passageiro apresentado pela empresa prestadora do serviço, somando a este o índice inflacionário do serviço no referido período, conforme o IPC fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

5.10. Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou menos, conforme o caso.

5.11. Em havendo alteração do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o Poder Concedente deverá restabelecê-lo, concomitante à alteração.

5.12. Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

5.13. O valor fixado para a tarifa deverá suportar os seguintes custos:

I- Remuneração dos operadores;

II- Despesas de comercialização;

III- Gerenciamento das receitas e pagamentos comuns ao Sistema Integrado e aos Serviços Complementares;

IV- Fiscalização e planejamento operacional.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 014

5.14. O valor a ser pago pelos usuários em cada serviço será informado pela concessionária, respeitados por este os parâmetros estabelecidos pelo Poder Concedente no ato de fixação da tarifa vencedora.

5.15. A concessionária, com base em critérios de sua política comercial poderá estabelecer preços promocionais, visando atrair demanda para suas linhas ou estimular o uso dos serviços ofertados em situações específicas.

5.16. A definição da política comercial, assim, como os riscos e os ônus inerentes, é de responsabilidade exclusiva da concessionária, não constituindo, em tempo algum, motivação válida para reivindicação de reajuste ou revisão tarifária.

5.17. Por projetos e serviços associados, entende-se aqueles que, mantendo a natureza de transporte público coletivo de passageiros da concessão, extrapolem as características básicas fixadas para o serviço concedido, ou, não sendo de mesma natureza possam ser com ele diretamente relacionados.

5.18. Os projetos e serviços associados serão executados pela concessionária retamente ou por terceiros sob sua responsabilidade.

5.19. Com base nos estudos de viabilidade realizados pela concessionária e aprovados pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, será procedida à revisão nos fluxos financeiros de custo s e receitas ao longo dos respectivos contratos, com vistas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato original.

5.20. As dispensas ou reduções tarifárias de qualquer natureza, além daquelas já vigentes na data da promulgação desta Lei, assim como quaisquer outros custos que venham a ser criados, deverão dispor expressamente sobre as fontes específicas de recursos para seu financiamento, ou da simultânea revisão e estrutura tarifária do concessionário ou permissionário, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do artigo 35 da Lei Federal n. 9.074/95.

5.21. O concessionário deverá manter o controle fiscal e contábil que comprove a operação financeira de cada mês para fins de incidência de tributos Municipais.

5.22. O valor mensal repassado a concedente deverá ser comprovado até o 10º dia útil ao mês subsequente a operação através de documento fiscal que comprove a operação financeira do mês do fechamento, sendo esta, entendida como aquela registrada no sistema de controle contábil da concessionária.

5.23. Terão transporte gratuito:

I- os maiores de 65 anos, devendo 10% dos assentos de cada veículo estar identificados com a placa de "reservado preferencialmente para idosos";

II- Os portadores de deficiência física, devidamente credenciados;

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 05

III – Os estudantes terão direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) nos passes perante apresentação de Carteirinha de estudante.

5.24. O não atendimento das condições previstas nos subitens anteriores ensejará as penalidades previstas no Edital e contrato, bem como, as especificadas por Lei.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

6.1. Poderão participar deste certame empresas brasileiras, que atenderem às exigências deste Edital, sendo admitidas as seguintes alternativas:

6.1.1. Empresas isoladamente;

6.2.2. Consórcio de empresas.

6.2. No caso da hipótese do item 6.1.1 deverá constar do objeto social da empresa atividade específica de operação de transporte coletivo urbano de passageiros.

6.3. No caso da hipótese do item 6.2.2, consórcio, pelo menos uma das empresas dele integrante deve possuir em seu objeto social atividade que permita a operação de transporte coletivo urbano de passageiros, ficando a participação do consórcio condicionada a essa exigência, e ainda ao atendimento dos seguintes requisitos:

6.4. Compromisso público ou particular de constituição do consórcio, na forma estabelecida na Lei Federal nº 6.404/76 e alterações, observadas as disposições da Instrução Normativa SRF nº 200/02 e alterações, quanto à obrigatoriedade de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), subscrito pelos consorciados, para participar no certame, contendo as seguintes cláusulas:

6.4.1. Denominação do Consórcio.

6.4.2. Objetivo do consórcio.

6.4.3. Composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada.

6.4.4 Compromissos e obrigações de cada uma das consorciadas, em relação ao objeto da presente concorrência.

6.4.5. Estrutura Organizacional do consórcio, identificando nesta estrutura o cargo que será ocupado pelo dirigente que será o interlocutor do consórcio com o Poder Concedente, durante a execução do contrato.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 016

6.4.6. Indicação da empresa líder que representará o consórcio perante o Poder Concedente, durante o processo licitatório.

6.4.7. Indicação da opção da organização que será constituída, para assinatura do contrato, em caso de lhe ser adjudicado o objeto do certame:

6.4.7.1. Registro na Junta Comercial do Termo de Constituição do Consórcio ou do Termo de Constituição da Sociedade de Propósito Específica - SPE, obedecendo às condições previamente estipuladas nos termos de compromisso apresentados no processo licitatório.

6.5 As empresas integrantes responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, durante o processo licitatório.

6.6 Na hipótese de adoção da alternativa do item 6.4, o consórcio será o responsável, perante o Poder Concedente, pelo integral cumprimento do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária de cada uma das empresas componentes do consórcio.

6.7. Será vedada a participação na licitação de empresas isoladas ou consorciadas, quando:

6.7.1. Declaradas inidôneas por ato do Poder Público.

6.7.2. Sob processo de concordata, recuperação judicial ou falência.

6.7.3. Impedidas de transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados.

6.8. Os interessados no certame, para a correta formulação da proposta, deverão, **OBRIGATORIAMENTE**, realizar visita técnica aos trajetos das linhas objeto de concessão deste edital, monitorada por Servidor Municipal credenciado, até o dia **26/10/2016.**

6.9. Poderão participar da visita representante designado com credencial assinada pelo responsável da empresa (Diretor, Gerente ou Procurador).

6.10. Aos participantes será fornecida a Declaração da Visita Técnica que deverá ser juntada no envelope nº 01 - Documentos de Habilitação.

7. DAS INSTRUÇÕES ÀS LICITANTES

7.1. É necessário que ao fazer download do Edital disponibilizado. A Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem a retirada do Edital.

7.2. A documentação, para fins de participação na presente Concorrência, deverá ser apresentada em envelopes distintos, em uma única via, a saber:

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 017

7.2.1. ENVELOPE nº 01: Documentos de Habilitação;

7.2.2. ENVELOPE nº 02: Proposta Comercial.

7.3. São documentos integrantes deste edital de licitação os seguintes anexos assim discriminados:

1) Anexo I – Termo de referência;
2) Anexo II - Minuta do Contrato;
3) Anexo III - Modelo de declaração desimpedimento;
4) Anexo IV - Modelo declaração de conhecimento dos termos do edital;
5) Anexo V - Modelo Procuração;
6) Anexo VI - Modelo Capacidade financeira;
7) Anexo VII - Modelo Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º Constituição Federal de 1988;
8) Anexo VIII - Modelo Declaração de disponibilidade e vinculação da frota;
9) Anexo IX - Modelo Recibo de retirada do edital;
10) Anexo X - Modelo de declaração de responsável técnico;
11) Anexo XI - Modelo Proposta Comercial.

7.4. O licitante poderá acompanhar os atos públicos da licitação, neles manifestar-se, solicitar esclarecimentos, consignar em ata o que lhe convier, bem como apresentar as impugnações e interpor os recursos previstos em lei:

a) Pessoalmente, no caso de pessoa física;

b) Através de seu representante legal, no caso de pessoa jurídica, o qual deverá apresentar o contrato social, estatuto ou eventual alteração que comprove a sua representação; ou,

c) Através de procurador, que deverá apresentar instrumento procuratório, que lhe confira poderes para a prática dos atos supramencionados, conforme consta no anexo V deste edital.

7.5. Em todos os casos, o licitante, representante ou procurador deverá apresentar documento de identidade de fé pública.

7.6. A procuração, por instrumento particular outorgada por pessoa jurídica, deverá ser acompanhada do respectivo contrato social, estatuto ou eventual alteração, que comprove a representação legal do seu signatário.

7.7. Os interessados que não atenderam às exigência s deste item não poderão se manifestar, resguardado apenas o direito de acompanhar a licitação como ouvintes.

7.8. Não poderão participar da presente licitação a s empresas que estiverem:
- Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- Sob processo de concordata, falência ou insolvência civil;
- Impedidas de transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados;
- Apenada com rescisão de contrato quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 018

- As que possuam entre seus sócios, dirigentes ou empregados, servidores do órgão interessado ou responsável pela licitação, nos termos do artigo 9º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

8. DOS ANEXOS E MODELOS DE DOCUMENTOS

1) Anexo I – Termo de Referência;
2) Anexo II - Minuta do Contrato;
3) Anexo III - Modelo de declaração desimpedimento;
4) Anexo IV - Modelo declaração de conhecimento dos termos do edital;
5) Anexo V - Modelo Procuração;
6) Anexo VI - Modelo Capacidade financeira;
7) Anexo VII - Modelo Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º Constituição Federal de 1988;
8) Anexo VIII - Modelo Declaração de disponibilidade e vinculação da frota;
9) Anexo IX - Modelo Recibo de retirada do edital;
10) Anexo X - Modelo de declaração de responsável técnico;
11) Anexo XI - Modelo Proposta Comercial;

9. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

9.1 Na hipótese de eventual conflito interpretativo, serão considerados os dispositivos dos seguintes documentos, na seguinte hierarquia: Lei, Decreto, Edital, Minuta de Contrato, pressupostos utilizados pelo Poder Concedente para estabelecimento do valor referencial da remuneração, por passageiro das áreas licitadas e finalmente, os ANEXOS.

10. DA ENTREGA DOS ENVELOPES

10.1. Os ENVELOPES nº 01 e 02 deverão ser entregues, devidamente fechados e indevassáveis até o dia **28 de outubro de 2016**, até às **10:00 horas**, no Setor de Protocolo, na Praça José Maria de Souza, nº 01, Centro, Conceição dos Ouros, Minas Gerais.

10.2. Em todos os envelopes deverão constar, de forma visível, o número do envelope, o nome da empresa ou do consórcio, o número da licitação objeto do Edital, sob pena de não serem recebidos e abertos, na seguinte forma:

ENVELOPE - 1: deverá conter os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE - 1 - **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** Setor de Licitação Concorrência Pública nº 001/2016 Concessão do serviço público de transporte coletivo urbano de Passageiros da cidade de Conceição dos Ouros MG. Data de entrega e abertura: (razão ou denominação social e endereço da Licitante)

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 019

ENVELOPE - 2: deverá conter a Proposta Comercial:

ENVELOPE - 2 - **PROPOSTA COMERCIAL** Setor de Licitação Concorrência Pública nº 001/2016 Concessão do serviço público de transporte coletivo urbano de Passageiros da cidade de Conceição dos Ouros MG. Data de entrega: (razão ou denominação social e endereço da Licitante)

10.3. Os documentos de credenciamento das empresas ou consórcios, que quiserem se fazer representar e participar dos trabalhos nas sessões públicas deverão ser entregues, em separado, diretamente à Comissão Permanente de Licitação, no dia e horário designados para a entrega dos envelopes, juntamente com a respectiva cédula de identidade do credenciado, procurador ou representante legal.

10.3.1. Em se tratando de instrumento particular de procuração, este deverá ser apresentado com firma reconhecida.

10.3.2. **Em se tratando de carta-credencial, esta deverá ser apresentada com firma reconhecida**.

10.3.3. Quando a empresa se fizer representar por seu diretor ou um de seus sócios, este deverá apresentar o contrato social da empresa, no original ou em cópia, assumindo o representante a responsabilidade pela autenticidade do documento apresentado.

10.3.4. Em se tratando de consórcio, o mesmo será representado pela empresa líder, obedecidas às disposições dos subitens anteriores.

10.3.5. Os documentos de credenciamento serão retidos pela Comissão Permanente de Licitação e juntados aos autos do processo licitatório.

10.4. Os atos praticados pelos representantes serão assumidos na íntegra pela Comissão Permanente de Licitação, não cabendo nenhuma contestação em caso de litígio provocado por interesses divergentes entre os partícipes de uma mesma licitante.

11. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

11.1 Documentos necessários à demonstração da habilitação jurídica:

11.1.1. Cédula de identidade dos sócios das sociedades civis ou comerciais e dos diretores das sociedades anônimas.

11.1.2. Prova de Registro, arquivamento ou inscrição na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de ato constitutivo da sociedade, bem como de investidura dos representantes legais da Pessoa Jurídica, no caso de Sociedade Comercial, e, no caso de Sociedade por Ações, a documentação da eleição de seus administradores.

11.1.3. Publicação oficial das atas que tenham aprovado ou alterada os estatutos e de eleição dos administradores em exercício do mandato, no caso de Sociedade por Ações.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 020

11.1.4. Comprovação do compromisso público ou particular, subscrito pelos consorciados, de constituição de consórcio, conforme exigência do item 6.4. e seus subitens.

11.1.5. Declaração expressa de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados em consórcio durante o processo licitatório.

11.1.6. Declaração expressa de que, se vencedoras, levarão o Termo de Constituição do Consórcio, conforme prévio compromisso apresentado na licitação, para registro na Junta Comercial, antes da celebração do contrato ou para constituição de SPE, de acordo com o item 6.4.7.1.

11.1.7. Declaração de não impedimento, conforme Anexo III.

11.1.8. As Proponentes que participarem em consórcio deverão apresentar, individualmente, toda a documentação exigida.

11.1.9. As licitantes deverão apresentar declaração, conforme Anexo IV, de que têm pleno conhecimento dos termos deste edital e de seus anexos, das condições gerais e específicas do objeto da presente licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato.

11.2. Documentos necessários à demonstração da qualificação técnica:

11.2.1. Pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Licitante prestou, ou está prestando, satisfatoriamente, serviços de transporte coletivo urbano de passageiros.

11.2.2. A Proponente deverá apresentar declaração, na forma do Anexo X, de que possui responsável técnico pela implantação, operação e administração dos serviços prestados pela concessionária durante todo período de concessão e em caso de substituição deverá ser sempre com a anuência prévia do Poder Concedente.

11.2.3. Declaração formal, (Anexo VIII), nos termos do § 6º do artigo 30 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, da disponibilidade e vinculação ao futuro contrato da frota necessária ao atendimento do padrão de serviço estabelecido.

11.2.4. Comprovante da realização da visita técnica.

11.3. Documentos necessários à qualificação econômico-financeira :

11.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoal jurídica, emitida no Máximo 30 (trinta) dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de documentação.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros 021

11.3.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na Junta Comercial ou junto aos Ofícios do Registro local do comércio (Cartórios) delegados para esse fim, vedada a substituição por balancete ou balanços provisórios, comprovando a boa situação econômico-financeira da licitante e dimensionamento do estoque da licitante, consubstanciada nos seguintes índices: índice de Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1,00; índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,00; índice de Solvência Geral (SG) igual ou Superior a 1,00.

Os índices serão obtidos pelas fórmulas:

1 - (LC) Índice Liquidez Corrente =	Ativo Circulante / Passivo Circulante	≥ 1,00
2 - (LG) Índice Liquidez Geral =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	≥ 1,00
3 - (SG) Índice de Solvência Geral =	Ativo Total / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	≥ 1,00

11.3.2.1. O Balanço Patrimonial poderá ser atualizado até a data da apresentação da proposta, devendo ser utilizado o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indicador que o venha substituir, mediante apresentação, junto à documentação, de memorial de cálculo assinado pelo contador da empresa;

11.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem apresentar Balanço de Abertura ou último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;

11.3.2.3. As empresas optantes pelo Simples e pelo Lucro Presumido, também ficam obrigadas a atender o disposto do Balanço Patrimonial;

11.3.2.4. Serão considerados "na forma da lei" o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) publicados em Diário Oficial; ou

b) publicados em Jornal; ou

c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou junto aos Ofícios de Registros local do Comércio (Cartórios) delegados para esse fim; ou

d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou junto aos Ofícios de Registro local do Comércio (Cartórios) delegados para esse fim, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

11.4. Documentos necessários à demonstração da regularidade fiscal:

11.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

11.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal e Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.

11.4.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 022

11.4.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, dentro do prazo de validade.

11.4.5. Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), em conformidade a lei 12.440 de Julho de 2.011 e a Resolução Administrativa TST n° 1470/2011.

11.4.6. Declaração de que a Proponente se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, conforme modelo constante do Anexo VII.

11.5. A documentação poderá ser apresentada no original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por publicação em órgão oficial, nos termos do artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

11.6. Será admitida a autenticação de documentos pela Comissão Permanente de Licitação ou por outro servidor da Administração.

12. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 02 - DA PROPOSTA COMERCIAL

12.1. A Proposta deverá ser elaborada através de carta proposta, modelo do Anexo XI, em 01 (uma) via, devidamente assinada em seu final e rubricadas as demais folhas pelo proponente ou representante legal, impressas ou datilografadas, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital de Concorrência e seus anexos e conter obrigatoriamente:

a) indicação da empresa: razão social, endereço completo, CNPJ e Inscrição Estadual impresso ou carimbado;

b) data, assinatura e nome completo do representante legal da empresa;

12.2. A proposta comercial deverá estar acompanhada , obrigatoriamente, de planilha de composição de custo operacional que demonstre o valor da tarifa proposta, indicando seu valor em algarismos e por extenso, com 2 (duas) casas decimais.

12.3. Ocorrendo divergência entre valores numéricos e literais, prevalecerão os literais.

12.4. Os valores das tarifas indicados na proposta da licitante, serão de sua exclusiva responsabilidade a partir de estudos próprios, não cabendo ao Poder Público qualquer responsabilidade pelo valor apresentado ou a obrigação de garantir quantidade mínima de passageiros para proporcionar rentabilidade ao operador.

12.5. O valor da tarifa deverá considerar todos os encargos assumidos pelo concessionário.

12.6. Não serão aceitas propostas de tarifa, com margem superior ao valor máximo especificado no Termo de Referência, nem margem inferior ao preço de custo demonstrado na planilha da empresa participante do processo licitatório.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros MG
Fls. 023

12.7. A proposta que não atender as exigências deste instrumento, bem como apresentar preço excessivo ou manifestamente inexequíveis com os preços de mercado, serão desclassificados.

12.8. A concessionária poderá explorar atividades geradoras de fontes de receitas adicionais, desde que previamente autorizadas pelo Poder Concedente e que não comprometam a atividade principal da concessão.

12.9. Para elaboração da Proposta Comercial poderão ser consideradas as seguintes atividades:

12.9.1. Publicidade nos veículos, conforme normas disciplinadas pelo Poder Concedente, respeitados os espaços para mensagens institucionais e em conformidade com a legislação pertinente;

12.9.2. Locação de espaço ou exploração de serviços cuja clientela seja, majoritariamente, formada pelos usuários do serviço de transporte.

12.12. A exploração de outras atividades poderá vir a ser autorizada pelo Poder Concedente no curso da execução do contrato.

13. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

13.1. No dia, local e hora designado no preâmbulo deste Edital, serão recebidos os envelopes "1" DOCUMENTAÇÃO e "2" PROPOSTA entregues por representante legal da licitante ou por pessoa devidamente autorizada, os quais serão rubricados pelos seus componentes e representantes presentes, procedendo a seguir à abertura do envelope 1 – "HABILITAÇÃO".

13.2. Após o Presidente da comissão declarar encerrado o prazo para entrega dos envelopes, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou modificações a documentação e propostas já entregues.

13.3. Os documentos constantes no envelope 1 – "HABILITAÇÃO", serão examinados e rubricados pelos membros da comissão de licitação, bem como pelas proponentes ou seus representantes legais.

13.4. Serão considerados inabilitados automaticamente os participantes que não apresentarem a documentação solicitada ou apresentarem-se com vícios ou defeitos que impossibilitem seu entendimento, ou não atendam satisfatoriamente as condições desta Concorrência.

13.5. Decorrido o prazo de recurso de 05 (cinco) dias úteis a partir da comunicação da Comissão Permanente de Licitação e/ou ações decididos eventuais recursos interpostos, a Comissão comunicará o local, o dia e a hora para sessão pública de abertura dos envelopes "2" e devoluções dos envelopes às empresa s não habilitadas, juntamente com as informações de julgamento dos recursos porventura interpostos.

13.6. Os envelopes contendo as propostas das participantes inabilitadas serão devolvidos ainda fechados, diretamente ou pelo correio, após definitivamente encerrada a fase de habilitação.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 034

13.7. Abertos os Envelopes 2, contendo a proposta comercial, estas serão examinadas e rubricadas pelas licitantes presentes e pela comissão. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem irregularidade, vícios ou defeitos que impossibilitem seu entendimento, não atendam as especificações do edital ou contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

13.8. A comissão de licitação reserva-se o direito de realizar, a qualquer momento por si ou através de assessoria técnica, diligências no sentido de verificar consistência dos dados ofertados pelas licitantes, dela compreendida a veracidade de informações e circunstâncias pertinentes.

13.9. Do julgamento da habilitação, julgamento e classificação das propostas e dos atos públicos previstos neste procedimento lavrar-se-á(ão) ata(s) circunstanciada(s) a respeito que será(ão) assinada(s) pelos membros da comissão de licitação e representantes legais.

14. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

14.1. Dentre as propostas dos proponentes considerados habilitados, serão classificadas as propostas pela ordem crescente apresentados, considerando-se vencedor o proponente que apresentar **o menor valor da tarifa**.

14.1.1. A proposta cujo valor proposto esteja acima do valor constante do Anexo I não será objeto de análise, estando, portanto, desclassificada.

14.2. A Comissão poderá suspender a reunião sempre que julgue necessário analisar as propostas apresentadas pelos proponentes, em sessão reservada, com o objetivo de confirmar as informações prestadas.

14.3. Em caso de empate, de duas ou mais propostas, far-se-á sorteio na mesma sessão de julgamento ou em outra sessão para a qual todos os proponentes serão convocados conforme dispõe o parágrafo 2º. do artigo 45 da Lei Federal nº. 8.666/93.

14.4. Não se considerará qualquer oferta ou vantagem não prevista neste instrumento, bem como proposta alternativa, nem preço ou vantagem baseado nas ofertas dos demais proponentes.

14.5. A comissão de licitação divulgará o resultado deste certame, comunicando-o aos interessados e providenciando publicação de extrato, além de afixar cópia da ata de análise e julgamento no quadro de avisos da Prefeitura, no mesmo endereço onde este foi realizado.

15. DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E JULGAMENTO

15.1. A comissão de licitação adotará o seguinte procedimento quanto ao julgamento do certame:

15.1.1. Nas sessões públicas, os representantes credenciados pelas proponentes serão convidados a rubricar os documentos recebidos, bem como assinar as respectivas atas.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 025

15.1.2. Inicialmente, serão rubricados, ainda fechados, os ENVELOPES nº 01 – Documentos de Habilitação e nº 02 - Proposta Comercial pela Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais das Proponentes presentes.

15.1.3. Ato contínuo será aberto os ENVELOPES nº 01 recebidos, rubricados os documentos neles contidos, sendo conservados intactos e sob guarda da Comissão Permanente de Licitação os ENVELOPES nº 02 - Proposta Comercial.

15.1.4. Os documentos dos ENVELOPES nº 01 serão apreciados, sendo inabilitadas as licitantes que apresentarem documentação incompleta, em desacordo com o solicitado, com borrões, rasuras, entrelinhas, cancelamentos, emendas, ressalvas ou omissões, ou não atingirem os índices exigidos.

15.1.5. O resultado da habilitação será publicado no Quadro de Avisos do Município, nos termos do § 1º do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações, sendo designado o dia, hora e local para abertura dos ENVELOPES nº 02 - Proposta Comercial das proponentes habilitadas.

15.1.6. Transcorrido o prazo sem interposição de recursos ou caso tenha havido desistência expressa das licitantes, ou ainda após o julgamento dos recursos interpostos, os ENVELOPES nº 02 - Proposta Comercial das proponentes habilitadas será aberta na sessão previamente anunciada, sendo rubricada a via original dos documentos neles contidos.

15.1.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital.

16. DOS RECURSOS

16.1. Qualquer licitante poderá recorrer ao Presidente da Comissão de Licitação, e Autoridade superior, das decisões da Comissão Permanente de Licitação, referentes a sua inabilitação ou habilitação de outra concorrente, bem como do resultado do julgamento da proposta comercial.

16.2. O recurso deverá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da divulgação da decisão ou da lavratura da ata, perante a Comissão de Licitações, que poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo a autoridade superior, devidamente informado.

16.3. O recurso contra a habilitação ou inabilitação será recebido, com efeito suspensivo, podendo-se, ainda, atribuir a mesma eficácia aos de mais recursos, caso o Presidente da Comissão ou a Autoridade Superior assim entenderem conveniente , por provocação ou não da Comissão de Licitações.

16.3.1. Enquanto não decidido o recurso a que se der efeito suspensivo, não será efetivada a adjudicação das propostas.

16.4. Interposto o recurso, a Comissão Permanente de Licitação comunicará às licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação, limitada a discussão ao objeto recursal.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros
Fls. 026

16.5. A intimação de todos os atos previstos neste capítulo será feita mediante publicação no Quadro de Avisos do Município de Conceição dos Ouros (MG), conforme determina na Lei Orgânica Municipal.

16.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

16.7. Os casos omissos deste certame serão decididos pela Comissão de Licitação.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Na hipótese de desistência expressa das Licitantes, inexistência de recursos relativos à classificação daquelas, transcorridos 5 (cinco) dias úteis, ou após o julgamento dos recursos interpostos, o Prefeito Municipal homologará e adjudicará o objeto desta concorrência, mediante publicação.

17.2. Após a publicação da adjudicação serão devolvidos os ENVELOPES nº 02 - Proposta Comercial às Licitantes inabilitadas.

18. DO PRAZO

20.1. O prazo da concessão será de 10 (dez) anos, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, mediante prévia justificativa do Poder Concedente, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n. 8666/93.

20.2. A prorrogação prevista no item anterior deixará de ser efetivada na hipótese do concessionário não apresentar satisfatório padrão de desempenho na prestação do serviço ao longo do período contratual, devidamente aferido em avaliações periódicas pelo Poder Concedente.

18.2.1. O padrão de desempenho do serviço mencionado no item anterior será avaliado periodicamente, levando-se em consideração a opinião do usuário, assim como outras variáveis físicas e operacionais.

19. DA CONTRATAÇÃO

19.1. A adjudicatária será convocada para, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação da adjudicação, assinar o contrato cuja minuta é apresentada no Anexo II.

19.2. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado por escrito e desde que ocorra motivo justificado.

19.3. Caso a Adjudicatária não compareça ou se recuse a assinar o contrato, proceder-se-á na forma do § 2º do art. 64 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo da perda total das garantias prestadas pela adjudicatária.

19.4. Quaisquer modificações do Contrato Social ou do Termo de Consórcio, durante todo o período de vigência da Concessão, deverão ser encaminhadas para ao Poder Concedente.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 027

19.5. A transferência da concessão ou do controle acionário do operador, bem como a realização de fusões, cisões e incorporações deverão ter prévia anuência do poder concedente.

20. DO INÍCIO DA OPERAÇÃO

20.1. A concessionária terá de iniciar os serviços, a partir da expedição da Ordem de Serviço específica, pelo Poder Concedente, para início das operações 30 dias após a emissão da ordem de serviços;

20.1.1. A programação dos serviços e das linhas deverão ser entregues ao poder concedente até o 15º (décimo quinto) dia após a emissão da ordem de serviço referida no item anterior.

21. DO REAJUSTE DA REMUNERAÇÃO

21.1. DO REAJUSTE DO CUSTO/PASSAGEIRO

21.1.1. O valor da tarifa será reajustado anualmente a contar da data de assinatura do contrato de concessão de acordo com Índice anual do INPC da Fundação Getúlio Vargas.

22. DO RE-EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

22.1. O contrato de concessão poderá vir a ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, tanto por iniciativa do Poder Público como da concessionária.

22.2. Constituem o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do artigo 10º da Lei nº 8.987/95 e alterações, as condições objeto da proposta da licitante, incluindo as informações e pressupostos contidos no item 11.2.5.

22.3. Respeitado o disposto nos §§ 3º e 4º do artigo 9º da Lei nº 8.987/95 e alterações, são pré-requisitos essenciais para fundamentar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão fatos ou causas que sejam:

22.3.1. imprevisíveis;
22.3.2. estranhos à vontade do Poder Concedente ou da Concessionária;
22.3.3. inevitáveis; e,
22.3.4. causadores de significativo e irreversível desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

22.4. No caso de iniciativa da concessionária, o pleito deverá ser protocolado por meio de requerimento fundamentado, arrolando os dados e argumentos qualitativos e quantitativos justificadores do desequilíbrio.

22.4.1. Previamente à análise de mérito, o poder concedente deverá manifestar-se, formalmente, quanto à admissibilidade do pleito, fundamentando-a, em até 15 (quinze) dias da data de seu protocolo.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 028

22.4.2. Após a manifestação acerca da admissibilidade, o Poder Concedente manifestar-se-á quanto ao mérito no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que justificado.

23. DOS DEVERES DA CONCESSIONÁRIA

23.1 - Constitui obrigação dos operadores prestarem o serviço delegado, de forma adequada à plena satisfação dos usuários, conforme disposições estabelecidas na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, bem como na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes, nos regulamentos, editais e contratos, e em especial:

I - prestar todas as informações solicitadas pelo Poder Público;

II - efetuar e manter atualizada sua escrituração contábil e de qualquer natureza, elaborando demonstrativos mensais, semestrais e anuais, de acordo com o plano de contas, modelos e padrões determinados pelo Poder Público, de modo a possibilitar a fiscalização pública;

III - cumprir as normas de operação e arrecadação, inclusive as atinentes à cobrança de tarifa;

IV - operar somente com pessoal devidamente capacitado e habilitado, mediante contratações regidas pelo direito privado e legislação trabalhista, assumindo todas as obrigações delas decorrentes, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros contratados pelo operador e o Poder Público;

V - utilizar somente veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto nas normas regulamentares ou gerais pertinentes;

VI - promover a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, equipamentos e sistemas, com vistas a assegurar a melhoria da qualidade do serviço e a preservação do meio ambiente;

VII - executar alterações não previstas com a prévia autorização e acompanhamento do Poder Executivo;

VIII - adequar a frota às necessidades do serviço, obedecidas às normas fixadas pelo Poder Executivo;

IX - garantir a segurança e a integridade física dos usuários;

X - Manter, durante a execução do contrato, equipe técnica compatível com as obrigações assumidas em razão do contrato;

XI - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante ou a terceiros;

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 029

XII - Manter, por todo o período da execução contratual, as condições que garantiram a sua habilitação no processo licitatório, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública;

XIII- apresentar anualmente Balanços econômico-financeiros ao Poder Concedente;

XIV - efetuar o pagamento do repasse financeiro, nos prazos, formas e condições especificados neste edital, termo de referência e contrato, sendo que, a desobediência poderá acarretar nas sanções previstas nos instrumentos citados;

XV - Cumprir novos percursos ou horários impostos pela necessidade dos usuários e por determinação do CONCEDENTE e desde que haja viabilidade técnico-econômica;

XVI- transportar gratuitamente as pessoas maiores de 65 (sessenta e cinco) anos e os deficientes com seus acompanhantes que forem cadastrados pelo Poder Concedente;

XVII - Manter atualizado, junto ao poder concedente os dados da empresa bem como o endereço da mesma e do responsável por esta;

XVIII - Responsabilizar-se-á pela execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecidos os prazos e condições fixados no edital e seus respectivos anexos, no cronograma físico-financeiro, nas ordens de serviço e na proposta julgada vencedora;

XIX - Prestar o serviço delegado, de forma adequada à plena satisfação dos usuários, conforme disposições estabelecidas na Lei Federal nº 8.987/95 e alterações, bem como na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, nos regulamentos, neste Edital e seus Anexos e demais normas regulamentares aplicáveis, em especial;

XX - A concessionária é responsável pela operacionalização e custeio da comercialização de viagens quando feitas no veículo;

XXI - Utilizar somente veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto nas normas regulamentares ou gerais pertinentes;

XXII - Garantir a segurança e a integridade física dos usuários;

XXIII - Na hipótese de deficiências no Serviço de transporte coletivo público de passageiros, decorrentes de caso fortuito ou força maior, a prestação do serviço será atribuída a outros operadores, que responderão por sua continuidade;

XXIV - A concessionária deverá cumprir as determinações do poder concedente para atendimento de operações especiais.

XXV- Define-se operações especiais o atendimento a eventos pré-programados, tais como: "Operação Carnaval" e outros eventos de grande vulto, principalmente os eventos de grande proporção programados pela Concedente;

XXVI- Demais deveres constantes do Termo de Referência em anexo e normas pertinentes ao assunto.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 030

24. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

24.1. São obrigações da Contratante, além de outras decorrentes da natureza do contrato:

I - planejar os serviços do sistema de transporte coletivo urbano de passageiros;

II - autorizar e regular todas as linhas ou trechos de linha dos serviços de transporte coletivo urbano, terminais e paradas, que estejam dentro da zona urbana ou de expansão urbana do Município, disciplinando a sua inserção no espaço urbano do Município, especialmente quanto ao sistema integrado;

III – regulamentar e regular o serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, observando-se as seguintes diretrizes:

a) cumprir e fazer cumprir as disposições que regem o serviço, bem como as cláusulas do contrato;

b) fiscalizar e controlar permanentemente a prestação do serviço;

c) aplicar as penalidades legais, regulamentares e contratuais;

d) intervir na concessão, nos casos e condições previstos na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

e) extinguir a permissão e concessão nos casos previstos nesta e outras leis e no contrato;

f) homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas, mediante as normas pertinentes e os contratos;

g) zelar pela boa qualidade do serviço, observadas as condições de eficiência, regularidade, segurança, rapidez, continuidade, conforto, modicidade tarifária, manutenção dos equipamentos, atualidade tecnológica e acessibilidade, particularmente para pessoas com deficiência, idosos e gestantes;

h) receber, apurar e solucionar denúncias e reclamações dos usuários, que serão cientificados das providências tomadas;

i) estimular o aumento da produtividade dos serviços e da preservação do meio ambiente;

j) implantar mecanismos permanentes de informação sobre os serviços prestados para facilitar o seu acesso aos usuários.

IV - Para o exercício das atribuições dispostas neste capítulo, o Poder Público poderá contratar serviços especializados de empresas de engenharia e de arquitetura consultivas, mediante prévio procedimento licitatório, aplicando-se as regras previstas nesta lei e as demais disposições legais federais e municipais pertinentes.

V - Compete ao Poder Executivo Municipal a determinação dos reajustes tarifários, através de Decreto, e das cláusulas do Equilíbrio Financeiro contidas no edital de licitação para concessão objeto desta Lei;

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 031

VI - Editar normas operacionais, em conformidade com as políticas e estratégias estabelecidas;

VII - Compor ou arbitrar conflitos entre as concessionárias, permissionárias, usuários e Poder Público, lavrando termos de ajustamento de conduta;

VIII - Coordenar, supervisionar e fiscalizar as concessões, as permissões, as autorizações e os contratos de prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros;

IX - Coibir a prática de serviços de transporte de passageiros não concedidos ou permitidos;

X - Garantir a observância dos direitos dos usuários e demais agentes afetados pelo serviço de transporte sob seu controle, reprimindo eventuais infrações;

XI - Acompanhar a execução dos contratos e analisar seu equilíbrio econômico-financeiro, adotando as medidas que se fizerem necessárias;

XII - Aprovar a revisão do valor das remunerações, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, quando for o caso;

XIII - Acompanhar o desenvolvimento tecnológico e organizacional dos serviços públicos de transporte e de outras atividades que os afetem, opinando quanto à viabilidade e às prioridades técnicas, econômicas e financeiras dos projetos pertinentes ou afetos ao sistema de transporte coletivo de passageiros;

XIV - Definir parâmetros e padrões técnicos para a prestação de serviço adequado, considerando as especificidades de cada modalidade e de cada contrato ou instrumento de outorga;

XV- Promover pesquisas, levantar dados e elaborar estudos para subsidiar suas decisões;

XVI - Elaborar editais e minutas de contrato, conduzir e homologar os processos licitatórios;

XVII- A fiscalização das receitas e pagamentos dos tributos devidos pela concessionária, advindo do transporte público coletivo urbano de passageiros ao poder concedente será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças;

XVIII- Demais obrigações constantes no Termo de Referência e normas pertinentes ao assunto.

25. DA INTERVENÇÃO

25.1. Para assegurar a adequada prestação do serviço ou para sanar deficiência grave na respectiva prestação, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, o poder público poderá intervir na operação do serviço.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 032

25.2. Será considerado como deficiência grave na prestação do serviço para efeito deste edital e respectivo contrato:

I - reiterada inobservância dos dispositivos contidos no regulamento do serviço, tais como os concernentes ao itinerário ou horário determinados, salvo por motivo de força maior;

II - não atendimento de intimação expedida pelo poder público no sentido de retirar de circulação veículo julgado em condições comprovadamente inadequadas para o serviço;

III - o descumprimento, por culpa de empresa contratada, devidamente comprovada em processo administrativo, da legislação trabalhista, de modo a comprometer a continuidade dos serviços executados;

IV - a ocorrência de irregularidades dolosas contábeis, fiscais e administrativas, apuradas mediante auditoria, que possam interferir na consecução dos serviços executados;

V - redução superior a 20% (vinte por cento) dos veículos de transporte de passageiros empregados em quaisquer dos serviços, por mais de 48 (quarenta e oito) horas.

25.3. Do ato da intervenção deverá constar:

I - os motivos da intervenção e sua necessidade;

II - o prazo de intervenção será de, no máximo, 6 (seis) meses, podendo ser, excepcionalmente, prorrogado por 60 (sessenta) dias;

III - as instruções e regras que orientarão a intervenção;

25.4. Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes e apurar responsabilidades, não excedendo o prazo de 30 (trinta) dias após encerramento da intervenção.

25.5. No período de intervenção, a Municipalidade assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que a operadora utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos, as garagens, as oficinas, e todos os demais meios empregados, necessários à operação.

25.6. A formalização da intervenção será feita por meio de decreto do poder concedente que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção, seus objetivos e limites.

25.7. A intervenção se dará exclusivamente com a finalidade de garantir a continuidade do serviço e não poderá exceder a 180 (cento e oitenta) dias.

25.8. Se verificada a impossibilidade do restabelecimento do serviço em nível adequado, encerrar-se-á a intervenção e decretar-se-á a caducidade da concessão.

25.9. Incumbe ao operador a execução do serviço delegado, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados, por dolo ou culpa, devidamente comprovados em processo administrativo, ao poder público, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls 033

25.10. A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas estabelecidas em decreto.

25.11. Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à operadora, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

26. DA SUBCONCESSÃO, TRANSFERÊNCIA, CADUCIDADE E EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

26.1. É vedada a subconcessão e a transferência da concessão de prestação do serviço do presente objeto, somente poderá ser transferida, a partir de 05 (cinco) anos, a contar da data de assinatura do contrato, através de autorização escrita do poder concedente, vindo o não atendimento a este artigo ser causa de extinção da concessão com consequente rescisão do contrato por ato unilateral do poder concedente.

26.2. Extingue-se a concessão por:

I – advento do termo contratual;
II – encampação;
III – caducidade;
IV – rescisão;
V – anulação; e
VI – falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

26.3. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

26.4. Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

26.5. A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis.

26.6. A reversão no advento do termo contratual fazer-se a com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

26.7. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante decreto autorizativo específico e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

26.8. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as normas convencionadas entre as partes.

26.9. A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros
Fls. 034

I – o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

II – a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

III – a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV – a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

V – a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI – a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço;

26.10. A concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

26.11. A declaração da caducidade da concessão será obrigatoriamente precedida do respectivo processo administrativo, assegurados os direitos de contraditório e ampla defesa.

26.12. Para a condução do processo administrativo será nomeada por portaria do executivo, uma comissão de três membros, sendo estes, servidores do poder concedente.

26.13. O processo administrativo, deverá ser inicia do em até 03 (três) dias úteis, contados da data de nomeação da comissão, e concluído dentro de 60 (sessenta) dias, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a juízo do Poder Concedente, fundamentado nos autos do respectivo processo.

26.14. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

26.15. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

26.16. A indenização de que trata o item anterior, será devida na forma da Lei e decreto municipal que regem o assunto e do contrato, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

26.17. Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 035

26.18. O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais e pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

26.19. Na hipótese prevista no item anterior, os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

27. DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E RECURSOS.

27.1. Constitui infração a ação ou omissão que importe na inobservância, por parte da concessionária e seus empregados ou prepostos, de normas estabelecidas no contrato de concessão, Leis Federais 8987/95 e 8666/93 e demais normas e instruções complementares pertinentes ao assunto.

27.2. Os infratores ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I- advertência escrita aplicada à concessionária na primeira vez que ocorrer qualquer uma das infrações previstas neste edital e seus anexos, também nas leis municipais e federais que regem o tráfego urbano;

II- multa aplicada por auto de infração à concessionária, a partir da primeira reincidência de qualquer um dos itens do Grupo I ou a partir da primeira ocorrência de qualquer uma das infrações aos Grupos 2, 3, 4 e 5 previstas neste edital;

III- retirada do veículo de circulação, conforme os critérios descritos no contrato de concessão;

IV- caducidade do contrato de concessão quando a pontuação, ultrapassar o limite permitido.

27.3. Dependendo da sua natureza ou tipicidade, as infrações serão constatadas pela fiscalização em campo, nos arquivos ou nos documentos comprobatórios dos serviços.

27.4. Constada à infração, será emitido o Relatório de Irregularidade e, caso haja a possibilidade de realização de reparo, será enviada para a concessionária Notificação de Irregularidade.

27.5. A notificação de irregularidade estabelecerá prazo para a concessionária providenciar o devido reparo.

27.6. A assinatura da Notificação não significa reconhecimento da infração, assim como a sua ausência não invalida o ato fiscal.

27.7. A Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte terá um prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da emissão do Relatório de Irregularidade, para advertir, notificar, ou autuar o infrator, sob pena de arquivamento do mesmo.

27.8. O Auto de Infração e a Advertência Escrita deverão conter obrigatoriamente, os seguintes dados, além de outros determinados pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte:

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 036

I - nome da concessionária;
II - dispositivo infringido;
III - penalidade referente á infração cometida;
IV - data da autuação;
V - hora da autuação;
VI - local da autuação;
VII - identificação do agente fiscal;
VIII - identificação do veículo, caso necessário.

27.9. A autuação não desobriga o infrator de corrigir a falta que lhe deu origem.

27.10. Cometidas duas ou mais infrações, independentemente de sua natureza, aplicar-se-ão, concomitante, as penalidades correspondentes a cada uma delas.

27.11. O prazo máximo para pagamento das multas é de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação de penalidade de multa. Decorrido este prazo será aplicada a pena pecuniária de 0,5% (meio por cento), calculado s diariamente sobre o valor devido.

27.12. O não pagamento até 30 dias poderá implicar medidas judiciais por parte do Município.

27.13. A penalidade de retirada do veículo de circulação não isentará a aplicação da multa cabível.

27.14. A retirada do veículo de circulação, será efetuada em qualquer local do percurso.

27.15. Para cada infração cometida, que gere advertência escrita ou auto de infração, haverá a aplicação da pontuação correspondente, que será apurada separadamente para a concessionária, conforme o seguinte critério:

I- Infrações do Grupo I:

a) Advertência: 0,5 ponto;
b) Auto de infração: 2,0 pontos.

01. Utilizar, na limpeza interna, substância que prejudique o conforto/segurança dos usuários.

02. Deixar de apresentar o veículo à vistoria ou o laudo de vistoria, quando executada por terceiros devidamente credenciados no horário estabelecido.

03. Manter o material de limpeza dos veículos em local não apropriado nos Pontos de Controle/estações.

04. Conduzir o veículo em velocidade descontínua, provocando partidas e/ou freadas bruscas e prejudicando a condição de conforto/segurança dos usuários.

05. Desobedecer os pontos para embarque/desembarque dos usuários.

06. Deixar de aproximar, sempre que possível o veículo da guia da calçada para o embarque e desembarque dos usuários.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 037

07. O operador negar informações aos usuários.

08. Movimentar o veículo com as portas abertas.

09. Recusar o embarque de usuários sem motivo justo , estando o veículo com a sua lotação incompleta, ou desatender a solicitação de desembarque feita por usuários no interior do veículo.

10. Realizar, com atraso, serviços especiais, quando determinados pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte.

11. Atrasar a saída do veículo no ponto de controle/estação, em relação ao quadro de horários.

12. Permitir o acesso ao interior do veículo de pessoas conduzindo animais, combustíveis, ou outros materiais nocivos a saúde, aparelhos sonoros ligados em volume alto e objetos de tamanho e forma que causem transtorno aos demais usuários.

13. Permitir o comércio ambulante e a mendicância dentro do veículo.

14. Deixar de afixar copia da Autorização ou Concessão do respectivo veículo neste e em lugar visível para a fiscalização.

15. Cobrar passagem de menor de 5 (cinco) anos que não esteja ocupando assento isolado, de maior de 65 anos civilmente identificado e deficiente que esteja portando carteirinha de passe livre.

16. Preencher com inexatidão ou incorreção, desde que com intenção de fraudar informação, os documentos exigidos pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte.

17. Transferir a terceiros a leitura dos instrumentos contadores de passageiros.

18. Utilizar aparelho sonoro, durante a viagem, fora dos equipamentos e ou volume especificados pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte.

19. Apresentar-se ao serviço sem a devida identificação.

20. Deixar de tratar com polidez os usuários e o público em geral.

21. Fumar no interior do veículo, mesmo que esteja parado no Ponto de Controle e Estação.

22. Deixar de disponibilizar informações de forma correta aos usuários.

23. Permitir o transporte de passageiros que de alguma forma comprometa a segurança ou o conforto dos demais usuários.

24. Alterar o horário norma de viagens ou itinerário sem anuência do Poder Concedente ou comunicação anterior aos usuários.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG Fls. 038

25. Motorista ou trocador deixar de auxiliar usuários com mobilidade reduzida nas operações de embarque/desembarque.

II- Infrações do Grupo 2:

a) Auto de Infração: 4,0 pontos.

26. Veículo indisponível na garagem para afixação de cartaz, ou demais serviços, quando determinado pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte.

27. Permitir a saída da garagem, ou o início da operação, de veículos sujos internos e/ou externamente, ou molhados internamente.

28. Deixar de comunicar, no prazo máximo de 24 horas, ocorrência de acidentes com os veículos, havendo ou não vítimas.

29. Obstar a realização de estudos ou auditoria por pessoal credenciado pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte, quando devidamente comunicada com antecedência mínima de 48 horas.

30. Deixar de providenciar meios de transporte para os usuários, em qualquer caso de interrupção de viagem, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos.

31. Deixar de manter os dados cadastrais da empresa e dos veículos atualizados junto a Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte.

32. Ausência de preposto na garagem para solução de problemas emergenciais.

33. Abastecer veículo durante o percurso do itinerário.

34. Recusar o transporte de beneficiário de gratuidade ou efetuar a cobrança da passagem, tendo o mesmo apresentado a devida identificação.

35. Permitir a passagem pelo instrumento contador de passageiros de mais de um usuário, simultaneamente, com a cobrança de uma só tarifa, ou de um desembarque do usuário pela porta dianteira com o devido pagamento da passagem.

36. Fazer ou deixar que se faça reparo do veículo na via pública, salvo no caso de impedimento absoluto de sua remoção e desde que o veículo esteja devidamente sinalizado.

37. Interromper a viagem, durante a operação, sem motivo justo.

38. Não fornecer o troco corretamente, ou fornecer o troco utilizando vale-transporte como moeda, ou negar o troco ao usuário quando este não estiver portando o vale-transporte.

39. Permitir o desembarque de usuário pela porta indevida, sem o pagamento da passagem ou sem a devida identificação, no caso de beneficiário de gratuidade.

40. Omitir informações sobre irregularidades do serviço de que tenham conhecimento.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 039

41. Não permitir, não acatar determinações, dificultar ou deixar de auxiliar funcionários credenciados na realização da fiscalização.

42. Não manter os veículos em adequado estado de funcionamento, conservação e limpeza, quando em operação.

43. Não portar a documentação exigida de forma visível ou de fácil acesso.

44. Trafegar em velocidade acima da permitida para a via.

45. Ausência de quadro de horários no interior do veículo, em inicio de operação.

46. Efetuar a partida do veículo sem que termine o embarque/desembarque de usuários.

III- Infrações do Grupo 3:

a) Auto de Infração: 10,0 pontos.

47. Não apresentar o laudo de vistoria na data marcada, salvo justificativa formal, com antecedência Mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

48. Não proporcionar condições dignas e seguras de trabalho aos operadores.

49. Não apresentar nas condições e prazos fixados, informações, relatórios, demonstrativos e documentos da empresa operadora relativos ao serviço.

50. Não realizar serviços eventuais sempre que determinado, autorizado e avisado previamente pelo Poder Concedente.

51. Não suprir o pessoal de operação de quantidade de troco suficiente para a jornada diária de trabalho.

52. Alterar itinerário sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte, exceto em casos de força maior em que deverá comunicar imediatamente.

53. Ausência de equipamentos obrigatórios no veículo, ou equipamentos em má condição de uso.

54. Fornecer dados relativos ao efetivo controle operacional do serviço fora das condições e prazos estabelecidos.

55. Abandonar o veículo, durante a operação, sem motivo justo.

56. Impedir ou dificultar o embarque de usuários ou cobrar passagem dos que já efetuaram o pagamento em outro veículo que teve sua viagem interrompida.

57. Comercializar qualquer tipo de passagem sem a autorização do Poder concedente.

58. Transitar com veículo em operação com emissão excessiva de poluentes.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 040

59. Não executar a manutenção preventiva de veículo s ou equipamentos.

60. Permitir a operação de veículo que apresente más condições de operação, comprometendo a segurança dos usuários.

IV- Infrações do Grupo 4:

a) Auto de Infração: 15,o pontos.

61. Descumprir legislação, decretos e portarias, desde que não exista penalidade especificada neste Anexo.

62. Descumprir decretos ou portarias para aumento ou diminuição da frota especificada (é a composta por: frota operacional - quantidade de veículos necessários para cumprir as viagens definidas para o itinerário – e frota reserva).

63. Não manter frota reserva em condições de suprir as necessidades de realização das vistorias e manutenção dos veículos, bem como durante eventualidades na operação.

64. Não veicular publicações, mensagens e/ou publicidades nos veículos quando determinadas pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte.

65. Permitir que o veículo circule sem Autorização ou Concessão de Tráfego ou com a mesma vencida.

66. Desrespeitar o preço das vantagens em vigor.

V- Infrações do Grupo 5:

a) Auto de infração: 20,0 pontos.

67. Manter a operação de veículos não registrados na Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte.

68. Não submeter à vistoria veículo que tenha sofrido acidente que comprometa a segurança.

69. Não apresentar à vistoria de baixa o veículo a ser substituído.

70. Manter a frota de veículos da concessionária com idade superior à estabelecida pelo Poder Concedente para a operação do serviço.

71. Não substituir os veículos que ultrapassem a idade máxima permitida.

72. Não solicitar autorização prévia da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte para realizar alterações de localização de sede, garagem, oficina e demais instalações.

73. Preencher qualquer documento exigido pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte com adulteração dos dados.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 041

74. Portar ou manter no veículo ou na cabina de despachante arma de qualquer espécie.

75. Violar os instrumentos contadores de passageiros, tacógrafos e lacres.

76. Estar o funcionário da concessionária, em serviço, em estado de embriaguez ou sob o efeito de substâncias entorpecentes de qualquer natureza.

77. Permitir a concessionária que seus veículos, em serviço, sejam conduzidos por pessoa sem portar a devida habilitação.

27.16. O atraso no pagamento de multa relativa a Auto de Infração implicará anotação em prontuário da concessionária de 01 (um) ponto, correspondente a cada atraso, sem prejuízo da cobrança judicial.

27.17. O atraso no pagamento dos valores relativos ao custo de gerenciamento da operação implicará anotação em prontuário de 10 (dez) pontos relativos a cada atraso.

27.18. O total acumulado de pontos em função das infrações cometidas pela concessionária e seus agentes implicará penalidade de caducidade da concessão, quando ultrapassar o limite de:

I- 80 (oitenta) pontos por veículo no período de 01 (um) ano, a contar da primeira autuação;

II- 120 (cento e vinte) por veículo no período de 02 (dois) anos consecutivos;

§1º - A contagem de pontos será computada em um período máximo de 02 (dois) anos anteriores á data da última pontuação anotada.

27.19. A aplicação das penalidades previstas, não prejudica a responsabilidade civil e criminal da concessionária e seus agentes na forma da legislação própria.

27.20. Contra as penalidades impostas pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte, por Auto de Infração ou Advertência escrita, caberá recurso no prazo 10 (dez) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento da notificação pela concessionária punida, à Comissão especialmente criada para este fim.

27.21. Os recursos deverão ser interpostos, tempestivamente, em petição dirigida à Comissão de que trata o caput deste artigo, devidamente instruída com cópia da notificação da penalidade aplicada e a respectiva comprovação do recolhimento da multa indeferindo-se os mesmos na ausência de quaisquer desses documentos.

27.22. O recurso terá efeito devolutivo e suspensivo.

27.23. O julgamento do recurso, devidamente instruído, deverá ter sua decisão proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do protocolo de interposição do mesmo, admitida a prorrogação por até 60 (sessenta) dias, no caso de diligência.

27.24. O recurso só poderá ser interposto pela concessionária.

042

27.25. Julgado procedente o recurso, a pontuação correspondente à penalidade aplicada será imediatamente cancelada.

27.26. Julgado improcedente o recurso, a pontuação correspondente será anotada nos registros da Concessionária e a notificação de penalidade de multa expedida e entregue ao responsável.

27.27. Aplicam-se também as multas e penalidades previstas na Lei 8666/93 e demais normas relativas ao assunto.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

28.1. Ficam as licitantes cientes de que a simples apresentação da proposta indica que têm pleno conhecimento dos elementos constantes do presente edital de concessão do serviço de transporte coletivo urbano da cidade de Conceição dos Ouros (MG), bem como de todas as condições gerais e peculiares de execução dos serviços, não podendo invocar nenhum desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento do contrato.

28.2. Consta no anexo I os dados do sistema de transporte coletivo público de passageiro através do Termo de Referência, sem prejuízo da responsabilidade da licitante pelo tratamento a que vier a dar a referidos dados.

28.3. Durante a fase de preparação das propostas, as proponentes interessadas poderão fazer, por escrito, consultas ao setor de licitação na Prefeitura de Conceição dos Ouros (MG) conforme definido a seguir:

28.3.1. As consultas de esclarecimento deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, por escrito e assinadas pelo representante legal da Proponente interessada, até 10 (dez) dias úteis imediatamente anteriores àquele designado para a entrega dos envelopes;

28.3.2. Os esclarecimentos serão encaminhados pela Comissão de Licitação, a todos os interessados e identificados, sem indicar, porém, aquele que formulou a consulta;

28.3.3. As consultas serão respondidas até o 5º (quinto) dia útil anterior da data marcada para a entrega das propostas.

28.4. A Secretaria Municipal de Administração reserva-se o direito de, a qualquer tempo, e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, adiar, revogar, ou mesmo anular a presente Licitação, sem que isso represente motivo para que as empresas participantes pleiteiem qualquer tipo de indenização.

28.5. O Edital e seus anexos bem como a proposta da licitante serão partes integrantes do contrato a ser lavrado, independente da transcrição.

28.6. A recusa da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido implicará na perda da garantia e a impedirá de participar de novas licitações, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, nos termos da legislação vigente.

28.6.1. Tratando-se de consórcio, a mesma medida será aplicada a todos os seus integrantes.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 043

28.7. A presente licitação fica sujeita à aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

28.8. Ocorrendo rescisão contratual, qualquer que seja a causa poderão ser convocadas para a execução dos serviços, pelo prazo remanescente mais o prazo de instalação a ser fixado, as demais concorrentes, obedecidas à ordem de classificação.

28.9. A extinção da concessão e seu processo estão regulados na Lei 8666/93 e demais legislações a respeito.

28.10. O órgão regulador, responsável por fiscaliza r a concessionária, será a Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte.

28.11. As licitantes responderão pela veracidade dos dados e declarações por elas fornecidas, sob as penas da lei.

28.12. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração quando referente à prestação dos serviços durante a concessão e pela comissão de licitação durante o certame.

Conceição dos Ouros, 26 de setembro de 2016.

Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 044

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Na elaboração do projeto buscamos viabilizar a melhor forma de atender as necessidades mais relevantes do município. A questão principal no momento é o atendimento dos trabalhadores em empresas diversas que contratam a maior da mão de obra do município. Conceição dos Ouros (MG) não comporta linhas como, por exemplo, bairro/centro e centro/bairro pois não possui números de pessoas suficiente para tal trajeto. Na elaboração do presente projeto circulamos nas vias municipais perfazendo os percursos possíveis chegando a uma distancia média de 5,00 Km por trajeto.

Nota-se que temos como ponto base as fábricas (empresas) que utilizam da mão de obra com a contratação de trabalhadores. Tais localizações deverão servir de pontos para parada dos coletivos para que o horário de saída seja respeitado, objetivando com isso melhor atendimento aos usuários do serviço, pois em todos os bairros haverá uma previsão de chegada e saída.

1) PROJETO BÁSICO DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE CONCEIÇÃO DOS OUROS (MG)

TRAJETO SENTIDO ANTI-HORÁRIO e HORÁRIO

01. 5,00 km - Estimado
- **Saída Bairro do Kilombo:**
- Rua São José;
- Segue para Rua Bueno de Paiva;
- Segue para a Praça José Maria dos Santos;
- Avenida Barão do Rio Branco;
- Faz rotatória e segue para a Rua José Vieira dos Santos;
- Travessa Antonio Eugênio de Souza.

02. 5.50 Km – Estimado
- **Saída Bairro dos Rochas:**
- Rua Santa Efigênia;
- Segue Rua Santa Helena;
- Segue Praça José Maria de Souza;
- Avenida Barão de Rio Branco;
- Travessa Antonio Eugênio da Fonseca.

03. 5.00 Km – Estimado
- **Saída Bairro Fazendinha:**
- Segue Rua 06 de Agosto;
- Segue Rua Alves Correa;
- Avenida Barão de Rio Branco;
- Travessa Antonio Eugênio da Fonseca.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG Fls 045

OBSERVAÇÕES:

A Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros (MG) definira os futuros pontos de ônibus.

Em caso de novos loteamentos serem construídos no município a empresa terá a responsabilidade de atender o bairro conforme solicitação da Prefeitura.

2) DADOS DO MUNICIPIO, CONFORME MODELO ABAIXO:

DADOS ATUAIS - Conceição dos Ouros (MG) é um município brasileiro do estado de Minas Gerais, situado na microrregião de Santa Rita do Sapucaí. Sua população estimada em 2012 era de 10.388 habitantes. A área é de 183,43 km². A principal rodovia que corta a cidade é a MG – 173.

3) DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO VIÁRIA DO MUNICÍPIO, CONFORME MODELO ABAIXO:

As condições atuais de circulação viária na área central de Conceição dos Ouros encontram-se em bom estado.

Quanto à circulação de pedestres, percebe-se que os mesmos caminham junto aos veículos em calçadas, diminuindo assim o risco de acidentes.

4) PEDESTRES:

Conceição dos Ouros apresenta uma topografia um pouco acidentada, não sendo preocupante para os veículos, no trajeto escolhido eliminamos os trechos de inclinação elevada e vias estreitas. Será prioridade também para que cada futuro ponto de ônibus possua fácil acesso para pessoas com deficiência física e idosas.

5) ESTACIONAMENTO

A demanda de vagas para estacionamento não constitui problemas.

6) CARGA E DESCARGA

As operações de carga e descarga de mercadorias até o presente momento são realizadas sem organização, entretanto ainda não representam riscos para a fluência do transito municipal, porem, se necessário procederemos a estudos para regulamentação no horário de carga e descarga.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls: 046

7) SINALIZAÇÃO

A sinalização de trânsito na cidade de Conceição dos Ouros é suficiente na maioria das vias. Manutenção e conservação estão sendo periodicamente realizadas.

8) DESCRIÇÃO DAS LINHAS DE COMO SERÃO REALIZADAS

a) Linhas de transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros que atendam as demandas Centro – Bairro Empresas do município.

b) Linhas de transporte Público Coletivo Urbano de passageiros que atendam as demandas das Zonas de Expansão urbana.

c) Os Horários serão definidos conforme demanda, interesse do município e da empresa vencedora.

d) Tipo de Veículos: Veículo microônibus ou ônibus, capacidade mínima 21 lugares. Novo ou idade máxima de frota de 20 (vinte) anos de fabricação. A empresa vencedora deverá na assinatura do contrato, apresentar laudo de vistoria do Detran , Inmetro e passar por vistoria pela Divisão de Transportes do município.

e) Todo estudante perante apresentação da carteirinha terá direito à 50% de desconto no passe.

f) A empresa vencedora deverá fornecer pelo menos 01 microônibus/ônibus com acessibilidade ou um veículo específico adaptado para passageiros com deficiência física.

Conceição dos Ouros, 28 de setembro de 2016.

Secretário Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 047

MAPA DO MUNICIPIO – (EM ANEXO)

Colocar mapa em anexo

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 047

ANEXO II

MINUTA CONTRATUAL

Contrato Administrativo
Processo Licitatório n.º 063/2016
Concorrência Pública n.º 001/2016

Município de Conceição dos Ouros, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Praça José Maria de Souza, nª 01, Bairro Centro, Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.677.609/0001-65, doravante denominado **Concedente**, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Euclídes Viana, chefe do executivo Municipal, e do outro lado, a Empresa xxxxxxxxxx, estabelecida á xxxxxxxxxx, incrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, doravante denominada Concessionária, neste ato representada pelo (a) Senhor (a) ....., incrito no CPF nº xxxxxxx, têm entre si justo s e acordados o presente contrato que se regerá segundo às normas da Lei n.º 8.666/93 alterada pela Lei nº 8.883/94 e Lei 8987/95 e ao estabelecido no Edital de Licitação – Concorrência Pública n.º 001/2016 aos termos da proposta vencedora e mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato a Outorga mediante regime de concessão, para prestação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros no município de Conceição dos Ouros (MG).

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de concessão de acordo com as exigências do edital e projeto básico.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA LICITAÇÃO

O presente contrato é lavrado a partir do cumprimento do processo licitatório, referente à concorrência pública n.º 001/2016, fundamentado nos termos da Lei Federal n.º 8666/93, alterada pela Lei 8.883, de 08 de junho de 1994 e Lei 8987 de 1995.

CLÁUSULA QUARTA: DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Fazem parte deste instrumento contratual os seguintes documentos: edital de licitação e seus anexos e proposta da CONCESSIONÁRIA.

Subcláusula 1ª - Serão incorporadas ao Contrato, mediante termos aditivos e/ou de ratificação, quaisquer modificações necessárias, ocorridas durante a sua vigência, para a execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

A CONCESSIONÁRIA compromete-se a executar os serviços objeto deste contrato, de acordo com o especificado no projeto básico, anexo I do edital de acordo com as exigências do edital e na proposta comercial da contratada.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 049

I - prestar todas as informações solicitadas pelo poder público.

II - efetuar e manter atualizada sua escrituração contábil e de qualquer natureza, elaborando demonstrativos mensais, semestrais e anuais, de acordo com o plano de contas, modelos e padrões determinados pelo Poder Público, de modo a possibilitar a fiscalização pública.

III - cumprir as normas de operação e arrecadação, inclusive as atinentes à cobrança de tarifa.

IV - operar somente com pessoal devidamente capacitado e habilitado, mediante contratações regidas pelo direito privado e legislação trabalhista, assumindo todas as obrigações delas decorrentes, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros contratados pelo operador e o Poder Público.

V - utilizar somente veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto nas normas regulamentares ou gerais pertinentes.

VI - promover a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, equipamentos e sistemas, com vistas a assegurar a melhoria da qualidade do serviço e a preservação do meio ambiente.

VII - executar alterações não previstas com a prévia autorização e acompanhamento do Poder Executivo.

VIII - adequar a frota às necessidades do serviço, obedecidas às normas fixadas pelo Poder Executivo.

IX - garantir a segurança e a integridade física dos usuários.

X - Manter, durante a execução do contrato, equipe técnica compatível com as obrigações assumidas em razão do contrato.

XI - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante ou a terceiros.

XII - Manter, por todo o período da execução contratual, as condições que garantiram a sua habilitação no processo licitatório, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública.

XIII- apresentar anualmente balanços econômico-financeiros ao poder concedente.

XIV - efetuar o pagamento do repasse financeiro, nos prazos, formas e condições especificados neste projeto, edital e contrato, sendo que, a desobediência poderá acarretar nas sanções previstas nos instrumentos citados.

XV - Cumprir novos percursos ou horários impostos pela necessidade dos usuários e por determinação do CONCEDENTE e desde que haja viabilidade técnico-econômica.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 050

XVI- transportar gratuitamente as pessoas maiores de 65 (sessenta e cinco) anos e os deficientes com seus acompanhantes que forem cadastrados pelo Poder Concedente.

XVII - Manter atualizado, junto ao poder concedente os dados da empresa bem como o endereço da mesma e do responsável por esta.

XVIII - Responsabilizar-se-á pela execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecidos os prazos e condições fixados no edital e seus respectivos anexos, no cronograma físico-financeiro, nas ordens de serviço e na proposta julgada vencedora.

XIX - Prestar o serviço delegado, de forma adequada à plena satisfação dos usuários, conforme disposições estabelecidas na Lei Federal nº 8.987/95 e alterações, bem como na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, nos regula mentos, neste edital e seus anexos e demais normas regulamentares aplicáveis, em especial.

XX - A concessionária é responsável pela operacionalização e custeio da comercialização de viagens quando feitas no veículo.

XXI - Utilizar somente veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto nas normas regulamentares ou gerais pertinentes.

XXII - Garantir a segurança e a integridade física dos usuários.

XXIII - Na hipótese de deficiências no Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, decorrentes de caso fortuito ou força maior, a prestação do serviço será atribuída a outros operadores, que responderão por sua continuidade.

XXIV - A concessionária deverá cumprir as determinações do poder concedente para atendimento de operações especiais.

XXV- Define-se operações especiais o atendimento a eventos pré-programados, tais como: "Operação Carnaval" e outros eventos de grande vulto, principalmente os eventos de grande proporção programados pela concedente.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I - planejar os serviços do sistema de transporte coletivo urbano de passageiros.

II - autorizar e regular todas as linhas ou trechos de linha dos serviços de transporte coletivo urbano, terminais e paradas, que estejam dentro da zona urbana ou de expansão urbana do Município, disciplinando a sua inserção no espaço urbano do Município, especialmente quanto ao sistema integrado.

III – regulamentar e regular o Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, observando-se as seguintes diretrizes:

a) cumprir e fazer cumprir as disposições que regem o Serviço, bem como as cláusulas do contrato;

b) fiscalizar e controlar permanentemente a prestação do serviço;

c) aplicar as penalidades legais, regulamentares e contratuais;

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 051

d) intervir na concessão, nos casos e condições pre. vistos na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

e) extinguir a permissão e concessão nos casos previstos nesta e outras leis e no contrato;

f) homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas, mediante as normas pertinentes e os contratos;

g) zelar pela boa qualidade do serviço, observadas as condições de eficiência, regularidade, segurança, rapidez, continuidade, conforto, modicidade tarifária, manutenção dos equipamentos, atualidade tecnológica e acessibilidade, particularmente para pessoas com deficiência, idosos e gestantes;

h) receber, apurar e solucionar denúncias e reclamações dos usuários, que serão cientificados das providências tomadas;

i) estimular o aumento da produtividade dos serviços e da preservação do meio ambiente;

j) implantar mecanismos permanentes de informação sobre os serviços prestados para facilitar o seu acesso aos usuários.

IV - Para o exercício das atribuições dispostas neste capítulo, o poder público poderá contratar serviços especializados de empresas de engenharia e de arquitetura consultivas, mediante prévio procedimento licitatório, aplicando-se as regras previstas nesta lei e as demais disposições legais federais e municipais pertinentes.

V - Compete ao Poder Executivo Municipal a determinação dos reajustes tarifários, através de Decreto e das cláusulas do Equilíbrio Financeiro contidas no edital de licitação para concessão objeto desta Lei.

VI - Editar normas operacionais, em conformidade com as políticas e estratégias estabelecidas pelo Poder Concedente.

VII - Compor ou arbitrar conflitos entre as concessionárias, permissionárias, usuários e Poder Público, lavrando termos de ajustamento de conduta.

VIII - Coordenar, supervisionar e fiscalizar as concessões, as permissões, as autorizações e os contratos de prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros.

XIX - Coibir a prática de serviços de transporte de passageiros não concedidos ou permitidos.

X - Garantir a observância dos direitos dos usuários e demais agentes afetados pelo serviço de transporte sob seu controle, reprimindo eventuais infrações.

XI - Acompanhar a execução dos contratos e analisar seu equilíbrio econômico-financeiro, adotando as medidas que se fizerem necessárias.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 052

XII - Aprovar a revisão do valor das remunerações, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, quando for o caso.

XIII - Acompanhar o desenvolvimento tecnológico e organizacional dos serviços públicos de transporte e de outras atividades que os afetem, opinando quanto à viabilidade e às prioridades técnicas, econômicas e financeiras dos projetos pertinentes ou afetos ao sistema de transporte coletivo de passageiros.

XIV - Definir parâmetros e padrões técnicos para a prestação de serviço adequado, considerando as especificidades de cada modalidade e de cada contrato ou instrumento de outorga.

XV- Promover pesquisas, levantar dados e elaborar estudos para subsidiar suas decisões.

XVI - Elaborar editais e minutas de contrato, conduzir e homologar os processos licitatórios.

XVII- A fiscalização das receitas e pagamentos dos tributos devidos pela concessionária, advindo do transporte público coletivo urbano de passageiros ao Poder Concedente será realizada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA SUBCONCESSÃO, TRANSFERÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

É vedada a subconcessão e transferência da concessão de prestação do serviço objeto deste contrato, vindo o não atendimento a este artigo ser causa de extinção da concessão com consequente rescisão do contrato por ato unilateral do poder concedente.

Subcláusula 1ª – Extingue-se a concessão por:

I – advento do termo contratual;
II – Encampação;
III – caducidade;
IV – rescisão;
V – anulação; e
VI – falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

Subcláusula 2ª - Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 053

Subcláusula 3ª - Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias.

Subcláusula 4ª - A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis.

Subcláusula 5ª - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Subcláusula 6ª - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante Decreto autorizativo específico e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

Subcláusula 7ª - A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as normas convencionadas entre as partes.

Subcláusula 8ª - A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

I – o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

II – a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

III – a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV – a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

V – a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI – a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço.

Subcláusula 9ª - A concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

Subcláusula 10ª - A declaração da caducidade da concessão será obrigatoriamente precedida do respectivo Processo Administrativo, assegurados os direitos de contraditório e ampla defesa.

Subcláusula 11ª - Para a condução do Processo Administrativo será nomeada por Portaria do Executivo, uma comissão de três membros, sendo estes, servidores do Poder Concedente.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros
Fls. 054

Subcláusula 12ª - O processo administrativo, deverá ser iniciado em até 03 (três) dias úteis, contados da data de nomeação da Comissão, e concluí do dentro de 60 (sessenta) dias, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a juízo da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte, fundamentado nos autos do respectivo processo.

Subcláusula 13ª - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

Subcláusula 14ª - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

Subcláusula 15ª - A indenização de que trata o item anterior, será devida na forma da lei, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

Subcláusula 16ª - Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

Subcláusula 17ª - O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais e pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

Subcláusula 18ª - Na hipótese prevista no item anterior, os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou par alisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

CLÁUSULA OITAVA: DA INTERVENÇÃO

Para assegurar a adequada prestação do serviço ou para sanar deficiência grave na respectiva prestação, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, o poder público poderá intervir na operação do serviço.

Subcláusula 1ª - Será Considerado como deficiência grave na prestação do serviço para efeito deste edital e respectivo contrato:

I - reiterada inobservância dos dispositivos contidos no regulamento do serviço, tais como os concernentes ao itinerário ou horário determinados, salvo por motivo de força maior;

II - não atendimento de intimação expedida pelo poder público no sentido de retirar de circulação veículo julgado em condições comprovadamente inadequadas para o serviço;

III - o descumprimento, por culpa de empresa contratada, devidamente comprovada em processo administrativo, da legislação trabalhista, de modo a comprometer a continuidade dos serviços executados;

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 055

IV - a ocorrência de irregularidades dolosas contábeis, fiscais e administrativas, apuradas mediante auditoria, que possam interferir na consecução dos serviços executados;

V - redução superior a 20% (vinte por cento) dos veículos de transporte de passageiros empregados em quaisquer dos serviços, por mais de 48 (quarenta e oito) horas.

Subcláusula 2ª - Do ato da intervenção deverá constar:

I - os motivos da intervenção e sua necessidade;

II - o prazo de intervenção será de, no máximo, 6 (seis) meses, podendo ser, excepcionalmente, prorrogado por 60 (sessenta) dias;

III - as instruções e regras que orientarão a intervenção.

Subcláusula 3ª - Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes e apurar responsabilidades, não excedendo o prazo de 30 (trinta) dias após encerramento da intervenção.

Subcláusula 4ª - No período de intervenção, a Municipalidade assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que a operadora utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos, as garagens, as oficinas, e todos os demais meios empregados, necessários à operação.

Subcláusula 5ª - A formalização da intervenção será feita por meio de decreto do poder concedente que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção, seus objetivos e limites;

Subcláusula 6ª - A intervenção se dará exclusivamente com a finalidade de garantir a continuidade do serviço e não poderá exceder a 180 (cento e oitenta) dias.

Subcláusula 7ª - Se verificada a impossibilidade do estabelecimento do serviço em nível adequado, encerrar-se-á a intervenção e decretar-se -á a caducidade da concessão.

Subcláusula 8ª - Incumbe ao operador a execução do serviço delegado, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados, por dolo ou culpa, devidamente comprovados em processo administrativo, ao poder público, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

Subcláusula 9ª - Sem prejuízo da responsabilidade previstas neste instrumento, o operador poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

Subcláusula 10ª - Os contratos celebrados entre o operador e os terceiros a que se refere o parágrafo anterior reger-se-ão pelas normas do direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o Poder Público.

Subcláusula 11ª - A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas estabelecidas em decreto.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 056

Subcláusula 12ª - No período de intervenção, a Municipalidade assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que a operadora utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos, as garagens, as oficinas, e todos os demais meios empregados, necessários à operação.

Subcláusula 13ª - Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à operadora, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

CLÁUSULA NONA: DO PRAZO DE CONCESSÃO

O prazo da concessão será de 10 (dez) anos, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por mais 5 (cinco) anos, desde que o concessionário tenha tido uma avaliação satisfatória dos serviços prestados a serem acompanhados anualmente e de acordo com a vontade do Poder Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS

A concessionária será remunerada pela receita tarifária arrecadada através da cobrança da tarifa fixada pelo Executivo Municipal, observando-se as condições previstas no contrato de concessão e a legislação.

Subcláusula 1ª - Na fixação do valor da tarifa, o poder concedente considerará o valor do custo/passageiro ofertado pelo concessionário na sua proposta comercial vezes o numero de passageiros pagantes no período apresentado através de prestação de contas junto ao poder concedente no prazo estipulado no edital e reajustado de acordo com as condições estabelecidas no contrato de concessão.

Subcláusula 2ª - A concessionária poderá apropriar-se das receitas extra tarifárias previstas no projeto básico e edital, que poderão ser consideradas na definição da tarifa dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO VALOR CONTRATUAL

O valor contratual estimado é de R$ _____,00 (_____), equivalente ao somatório do valor presente da remuneração anual estimada do contrato de concessão, durante o período contratual, adotada uma taxa de desconto de 20% ao ano (taxa de depreciação).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

O valor do custo/passageiro proposto pela concessionária será reajustado anualmente a contar da data de assinatura do contrato de concessão de acordo com a seguinte fórmula:

Cp = Cpo x R, onde:
Cp = custo por passageiro;
Cpo = custo por passageiro proposto;
R = índice de reajustamento calculado mediante a seguinte fórmula:
R = 0,5 x i1 + 0,2 x i2 + 0,15 x i3 + 0,15 x i4, onde:
i1 - variação do "rendimento médio pessoal Ocupado – nominal nas principais capitais – Belo Horizonte" – Fonte : I.B.G.E.
i2 - variação do preço de óleo diesel para grandes consumidores.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros MG
Fls. 057

i3 - variação dos "preços por atacado – oferta global – produtos industriais – material de Transporte – Veículos a motor (coluna 43)/FGV.
i4 - índice acumulado do IPC/FGV.

Subcláusula 1ª - Para o cálculo do reajuste do valor do custo por passageiro (tarifa), será considerado como mês base o da assinatura do contrato.

Subcláusula 2ª - O valor do custo/passageiro reajustado servirá de base para o Executivo Municipal definir a tarifa do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RE-EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O contrato de concessão poderá vir a ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, tanto por iniciativa do Poder Público como da concessionária.

Subcláusula 1ª - Constituem o equilíbrio econômico-financeiro- inicial do contrato, nos termos do artigo 10º da Lei Federal n° 8.987/95 e alterações, as condições objeto da proposta da licitante.

Subcláusula 2ª - Respeitado o disposto nos §§ 3º e 4º do artigo 9º da Lei Federal nº 8.987/95 e alterações, são pré-requisitos essenciais para fundamentar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão fatos ou causas que sejam:

a) imprevisíveis;
b) estranhos à vontade do Poder Concedente ou da Concessionária;
c) inevitáveis; e,
d) causadores de significativo e irreversível desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Subcláusula 3ª - No caso de iniciativa da concessionária, o pleito deverá ser protocolado por meio de requerimento fundamentado, arrolando os dados e argumentos qualitativos e quantitativos, justificadores do desequilíbrio.

Subcláusula 4ª - Previamente à análise de mérito, o Poder Concedente deverá manifestar-se formalmente quanto à admissibilidade do pleito, fundamentando-a em até 15 dias da data de seu protocolo.

Subcláusula 5ª - Após a manifestação a cerca da admissibilidade, o Poder concedente manifestar-se á quanto ao mérito no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não atendimento das exigências deste edital, projeto básico e contrato no decorrer da concessão acarretará as penalidades previstas em contrato, edital e projeto básico, além daquelas decorrentes das Leis 8.666/93, 8987/95 e demais normas que tratem do assunto.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 058

Subcláusula 1ª - Constitui infração a ação ou omissão que importe na inobservância, por parte da concessionária e seus empregados ou prepostos, de normas estabelecidas no contrato de concessão, nas Leis 1.615/2013, 8987/95 , 8666/93 e demais normas e instruções complementares pertinentes ao assunto.

Subcláusula 2ª - Os infratores ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I- advertência escrita aplicada à concessionária na primeira vez que ocorrer qualquer uma das infrações previstas;

II- multa aplicada por Auto de Infração à concessionária, a partir da primeira reincidência de qualquer um dos itens do Grupo I ou a partir da primeira ocorrência de qualquer uma das infrações aos Grupos 2, 3, 4 e 5 previstas neste edital;

III- retirada do veículo de circulação, conforme os critérios descritos no citado Decreto Municipal e no contrato de concessão;

IV- caducidade do contrato de concessão quando a pontuação prevista neste edital, ultrapassar o limite permitido.

Subcláusula 3ª - Dependendo da sua natureza ou tipicidade, as infrações serão constatadas pela fiscalização em campo, nos arquivos ou nos documentos comprobatórios dos serviços.

Subcláusula 4ª - Constatada a infração, será emitido o relatório de irregularidade e, caso haja a possibilidade de realização de reparo, será enviada para a concessionária notificação de irregularidade.

Subcláusula 5ª - A notificação de irregularidade estabelecerá prazo para a concessionária providenciar o devido reparo.

Subcláusula 6ª - A assinatura da notificação não significa reconhecimento da infração, assim como a sua ausência não invalida o ato fiscal.

Subcláusula 7ª - A Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte terá um prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da emissão do relatório de irregularidade, para advertir, notificar, ou autuar o infrator, sob pena de arquivamento do mesmo.

Subcláusula 8ª - O Auto de infração e a advertência escrita deverão conter obrigatoriamente, os seguintes dados, além de outros determinados pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte:

I- nome da concessionária;
II- dispositivo infringido;
III- penalidade referente á infração cometida;
IV- data da autuação;
V- hora da autuação;

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
059

VI- local da autuação;
VII- identificação do agente fiscal;
VIII- identificação do veículo, caso necessário.

Subcláusula 9ª - O auto de infração e a advertência escrita poderão ser anulados somente quando ocorrer erro em sua lavratura, com obrigatória comunicação e justificativa perante a Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte, que será analisada pela Secretaria.

Subcláusula 10ª - A autuação não desobriga o infrator de corrigir a falta que lhe deu origem.

Subcláusula 11ª - Cometidas duas ou mais infrações, independentemente de sua natureza, aplicar-se-ão, concomitante, as penalidades correspondentes a cada uma delas.

Subcláusula 12ª - Em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses os valores previstos serão aplicados em dobro.

Subcláusula 13ª - O prazo máximo para pagamento das multas é de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação de penalidade de multa. Decorrido este prazo será aplicada a pena pecuniária de 0,5% (meio por cento), calcula dos diariamente sobre o valor devido.

Subcláusula 14ª - O não pagamento até 30 dias poderá implicar medidas judiciais por parte do Município.

Subcláusula 15ª - A penalidade de retirada do veículo de circulação não isentará a aplicação da multa cabível.

Subcláusula 16ª - A retirada do veículo de circulação, será efetuada em qualquer local do percurso.

Subcláusula 17 ª - Para cada infração cometida, que gere advertência escrita ou auto de infração, haverá a aplicação da pontuação correspondente, que será apurada separadamente para a concessionária, conforme o seguinte critério:

I- Infrações do Grupo I:

a) Advertência: 0,5 pontos;
b) Auto de infração: 2,0 pontos.

II- Infrações do Grupo 2:

a) Auto de Infração: 4,0 pontos.

III- Infrações do Grupo 3:

a) Auto de Infração: 10,0 pontos.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG 060

IV- Infrações do Grupo 4:

a) Auto de Infração: 15,o pontos;

V- Infrações do Grupo 5:

a) Auto de infração: 20,0 pontos.

Subcláusula 18ª - O atraso no pagamento de multa relativa à auto de infração implicará anotação em prontuário da concessionária de 01 (um) ponto, correspondente a cada atraso, sem prejuízo da cobrança judicial.

Subcláusula 19ª - O atraso no pagamento dos valores relativos ao custo de gerenciamento da operação implicará anotação em prontuário de 10 (dez) pontos relativos a cada atraso.

Subcláusula 20ª - O total acumulado de pontos em função das infrações cometidas pela concessionária e seus agentes implicará penalidade de caducidade da concessão, quando ultrapassar o limite de:

I- 80 (oitenta) pontos por veículo no período de 01 (um) ano, a contar da primeira autuação;
II- 120 (cento e vinte) por veículo no período de 02 (dois) anos consecutivos.

Obs: A contagem de pontos será computada em um período máximo de 02 (dois) anos anteriores á data da última pontuação anotada.

Subcláusula 21ª - A aplicação das penalidades previstas, não prejudica a responsabilidade civil e criminal da concessionária e seus agentes n a forma da legislação própria.

Subcláusula 22ª - Contra as penalidades impostas pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte, por Auto de Infração ou Advertência escrita, caberá recurso no prazo 10 (dez) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento da notificação pela concessionária punida, à Comissão especialmente criada para este fim.

Subcláusula 23ª - Os recursos deverão ser interpostos, tempestivamente, em petição dirigida à Comissão de que trata o caput deste artigo, devidamente instruída com cópia da notificação da penalidade aplicada e a respectiva comprovação do recolhimento da multa indeferindo-se os mesmos na ausência de quaisquer d esses documentos.

Subcláusula 24ª - O recurso terá efeito devolutivo e suspensivo.

Subcláusula 25ª - O julgamento do recurso, devidamente instruído, deverá ter sua decisão proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do protocolo de interposição do mesmo, admitida a prorrogação por até 60 (sessenta) dias, no caso de diligência.

Subcláusula 26ª - O descumprimento do prazo previsto ensejará a anulação do auto de infração ou da advertência escrita da pontuação decorrente.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 061

Subcláusula 27ª - O recurso só poderá ser interposto pela concessionária.

Subcláusula 28ª - Julgado procedente o recurso, a pontuação correspondente à penalidade aplicada será imediatamente cancelada.

Subcláusula 29ª - Julgado improcedente o recurso, a pontuação correspondente será anotada nos registros da Concessionária e a notificação de penalidade de multa expedida e entregue ao responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido nos termo s do art. 77 e seguintes da lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Subcláusula 1ª - A rescisão contratual ocorrida pelos motivos elencados no art. 78, I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93, poderá ser feita por ato unilateral da Administração. A rescisão contratual ocorrida pelos motivos elencados nos incisos XIII a XVI, só poderá ser feita amigável ou judicialmente.

Subcláusula 2ª - A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão contratual, especialmente os estabeleci dos pelo art. 80 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

Para dirimir dúvidas que possam surgir com referência ao presente Contrato de Concessão, fica eleito o foro da cidade de Cachoeira de Minas , Estado de Minas Gerais, renunciando as partes a qualquer outro.

E assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, impressas de um só lado, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas e a tudo presentes, para que produza todos os seus efeitos legais.

Conceição dos Ouros, ___de _____2016.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls: 062

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

(NOME DA EMPRESA) ..... , CNPJ ou CIC n.º ....., sediada ..... (endereço completo) ....., declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores .

Declara, mais, que:

- Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- Não se encontra sob processo de falência ou concordata;
- Não está impedida de transacionar com a administração pública ou com qualquer das suas entidades de administração indireta;
- Não foi apenada com rescisão de contrato quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos.

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Local/data

_____
Assinatura

(carimbo do representante legal da empresa)

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 063

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL

Declaramos, para os fins previstos no Edital da CONCORRÊNCIA 001/2016, que esta proponente tem pleno conhecimento dos termos deste edital e de seus anexos, das condições gerais e específicas do objeto da presente licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato.

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Local/data

_____
Assinatura

(carimbo do representante legal da empresa)

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 064

ANEXO V

MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: (qualificação da empresa e do representante legal que assinará a procuração em seu nome – nome, endereço, razão social, etc).

OUTORGADO: (representante devidamente qualificado)

OBJETO: Representar a Outorgante na Concorrência Pública n.º 001/2016, promovida pela Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros, através de sua Comissão Permanente de Licitação.

PODERES: Apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de abertura de documentação de habilitação e de propostas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recurso e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Local/data.

_____
Assinatura
(carimbo do representante legal da empresa)

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 065

ANEXO VI

MODELO - CAPACIDADE FINANCEIRA

À
Comissão Permanente de
Licitação Ref: Concorrência nº
001/2016

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitada pelo órgão licitante, nos comprometemos a apresentar as demonstrações financeiras que comprovarão as demonstrações.

São as demonstrações (valores em reais):

....
....
...
....
....

.....

Local/data

Representante Legal
Carimbo, nome e assinatura

Contador
Nome, Assinatura, número de registro no CRC

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 066

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE EMPREGADOS MENORES
REF: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2016

(NOME DA EMPRESA)
..... , inscrita no CNPJ sob o n.º ....., por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) ....., portador (a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ..... , DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.584, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Local e data

_____
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls 067

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E VINCULAÇÃO AO FUTURO CONTRATO

Declaramos, para os devido fins e efeitos legais, à vista do que prevê o parágrafo 6º do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93 que, a nossa empresa colocará em disponibilidade e vinculação ao futuro contrato, a frota necessária a o atendimento do padrão de serviço estabelecido.

Local/data

_____
Assinatura

(carimbo do representante legal da empresa)

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls. 068

ANEXO IX

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2016
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016

A empresa _____, situada à _____, CEP_____, telefone (___) _____, Fax (___)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, comunica à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros (MG) que retirou o edital mencionado à epígrafe e deseja ser informada de eventuais alterações através dos telefones indicados.

_____, de _____ de _____.

Nome legível e Assinatura

Cargo/Departamento

ATENÇÃO:

- Este MODELO deverá ser preenchido em papel timbra do da empresa, observadas as informações solicitadas e remetido à Comissão Perma nente de Licitação da Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros (MG) pelo Fax (35) 3653+1220, para eventuais comunicações aos interessados, quando necessário.

- A prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros (MG) não se responsabiliza por comunicação às empresas que não encaminharem este recibo ou prestarem informações incorretas no mesmo.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros (MG)
Comissão Permanente de Licitação
Praça José Maria de Souza, nº 01 - Conceição dos Ouros –MG
Fone: (35) 3653.1220
e-mail: **licitacoespmouros@hotmail.com ou prefeitura@conceicaodosouros.mg.gov.br.**

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG
Fls 069

ANEXO X

Declaração de Responsável Técnico

À Comissão Permanente de Licitação

Ref. Concorrência nº. 001/2016

Objeto: Concessão de transporte coletivo urbano no município.

Prezado Senhores,

O (**CONCORRENTE**), (qualificação), por meio de seu representante legal, declara que o Senhor:

1 - _____, (qualificação); será o responsável técnico pela implantação, operação e administração dos serviços prestados pela concessionária em todo período da concessão.

Local:
Data:

Representante Legal: (**ASSINATURA**)
RG:
CPF:

Prefeitura Municipal da Conceição dos Ouros - MG
Fls. 070

ANEXO XI

MODELO - CARTA PROPOSTA COMERCIAL DA LICITANTE

À
Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros
Referência: Concorrência Pública n.º 001/2016

Concessão do serviço público do transporte coletivo urbano de passageiros

Prezados Senhores,

Tendo examinado as condições do edital e dos anexos que o integram, para a elaboração dos projetos acima (incluindo os materiais e serviços), nós, abaixo assinados, apresentamos nossa proposta comercial relativa à tarifa para exploração mediante concessão de transporte coletivo urbano no município de Conceição dos Ouros (MG).

O valor da tarifa é de R$.....(por extenso), cujo valor é proveniente da planilha de composição de custo operacional anexa, que faz parte integrante da presente proposta comercial obtida conforme disposto no do edital.

DADOS DA EMPRESA: (nome, razão social, endereço da empresa e número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ do Ministério da Fazenda; nome, RG, CPF, endereço residencial, estado civil e nacionalidade do responsável pela assinatura do Contrato; o número da conta corrente, da agência e do banco em que será efetuado o pagamento) Outrossim, declaramos que:

a) temos conhecimento do local onde serão prestados os serviços objeto da concessão;
b) aceitamos todas as condições impostas pelo edital e seus anexos;
c) o início dos serviços se dará em (30 (trinta) dias a partir da expedição da Ordem de Serviço específica, pelo Setor Municipal Responsável;
d) a programação dos serviços e das linhas será entregue ao Poder Concedente até o 15º (décimo quinto) dia após a emissão da Ordem de Serviço conforme previsto;
e) a vistoria da frota e garagens será solicitada até 10 (dez) dias anteriores à data do início da operação;
f) esta proposta compreende todas as despesas com mão de obra (inclusive leis sociais), materiais, transportes, equipamentos, seguros, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução do objeto ora licitado;
g) concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias, contado da data final prevista para sua entrega.

Até que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do edital.

Local/data

assinatura
(carimbo do representante legal da empresa)